



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1980.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Lázaro Dumont.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Waldyr Pugliesi (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domicio Scaramella, Fuad Nadi, Aguinaldo Pereira Lima, David Federmann, Leônidas Chaves, Renato Bueno, Romero Filho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (9). Em licença, o Sr. Deputado João Elísio. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de regozijo pela brilhante vitória da chapa encabeçada pelo Sr. Dionísio Lopes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos que os associados desejam renovar as metas e os métodos administrativos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porém sem êxito, visto que não haviam lideranças que desejassem concorrer, e com poderes de aglutinação dos sindicalizados.

A eleição se deu em primeira chamada sem alcançar o "quorum" legal devido o mau tempo e intensas chuvas, porém, nos últimos dias 4, 5 e 6 do corrente, realizou-se o pleito, tendo comparecido 903 associados contra 806 do mês anterior, quando eram exigidos 836.

A chapa vencedora (3) conseguiu 437 votos, a segunda colocada (chapa 1) encabeçada pela situação, conquistou 254 votos e a terceira colocada (chapa 2) também oposição, e encabeçada pelo Sr. Paulo Eisiuger, alcançou 189 votos. Surgiram 17 votos nulos e 6 em branco.

Nestas condições, tendo em vista esses resultados, é de se louvar que dos 2.348 sindicalizados, tenha comparecido esse contingente mormente em face do clima frio e chuvoso, onde as estradas primárias e acidentadas não favoreceram a presença desses eleitores.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se coloque o Projeto n.º 77/80, que dispõe sobre o processo de fiscalização pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dos atos do Poder Executivo e os da Administração indireta, em "REGIME DE URGENCIA" para votação.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de aplauso pela fundação do Núcleo Regional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte Pioneiro, bem como se dê ciência do presente ao seu Presidente Engenheiro Agrônomo ANTÔNIO CONCATO, residente em Ibaiti-Pr.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A organização dos segmentos da sociedade em Associações, vem sem dúvida alguma representar uma nova realidade social, visto que as classes organizadas fortalecem o desempenho de suas funções na comunidade.

No caso da Associação dos Engenheiros Agrônomos há uma particularidade a ser destacada: sua função técnica produtiva, da maior importância para a economia agrícola, base de sustentação do Norte Pioneiro e de todo Paraná.

Daí, nosso jubilo e a oportunidade do registro que se faz.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar um pedido de AUDITORIA FISCAL, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a fim de examinar as contas da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, referente ao corrente exercício financeiro.

Que da presente decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Governador do Estado, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Apucarana.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

Apoio: Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

As inúmeras denúncias de irregularidade na aplicação das verbas da Fundação F.E. de Ciências Econômicas de Apucarana, e das fraudes cometidas com documentação, bem como todo o desdobramento dessas irregularidades, exigem um posicionamento e uma tomada de enérgicas medidas.

Como o Tribunal de Contas, assiste este Poder, e está em sua esfera de competência a apreciação da regularidade de contas e aplicação das verbas públicas, é requerida a sua interveniência, no caso, para fornecer ao Poder Legislativo uma posição idônea do quadro verificado em Apucarana.

Só a AUDITORIA, verificando "in loco" e manuseando a documentação e os arquivos daquela Fundação, terá a condição de comprovar se as denúncias procedem ou são infundadas.

Daí, a requisição ao Tribunal, não só competente, mas único instrumento hábil do Poder Público, certificar-se do que se faz com seus recursos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF -, apelo no sentido de que sejam desenvolvidas medidas que incentivem o replantio de pinheiros do Paraná - ARAUCÁRIA AUGUSTIFOLIA - nas divisas frontais das estradas que margeiam as rodovias estaduais e federais.

A medida ora solicitada tem como escopo preservar para os pósteros a imagem tão bela e significativa de nosso pinheiro, dizimado pela indiscriminada exploração florestal e que hoje vem sendo substituído como essência florestal por outras madeiras de crescimento mais rápido e de mais fácil obtenção de sementes.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores RENATO JOHNSSON, Digníssimo Secretário do Interior; EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação; GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR; JOSÉ ROBERTO PEGORARO, Digníssimo Diretor Presidente da COHAPAR; LUIZ ANTÔNIO VELOSO SOUZA, Digníssimo Gerente Regional do BNH, JACY MIGUEL SCANAGATTA, Digníssimo Prefeito Municipal de Cascavel; LUIZ ROBERTO SOARES, Digníssimo Secretário da Cultura e do Esporte e INGO HUBERT, Digníssimo Presidente da SANEPAR, solicitando a pavimentação asfáltica, unidades escolares, área de lazer, cancha de esportes e instalação de esgotos nos Bairros "Guarujá e Aeroporto 1 e 2", em Cascavel.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Estivemos pessoalmente nos bairros Guarujá e Aeroporto 1 e 2, em Cascavel, onde foram recentemente construídas 1.260 (hum mil duzentos e sessenta) casas populares através da COHAPAR, mediante repasse de verba pelo sistema habitacional do BNH, quando pudemos verificar "in loco", os graves efeitos que a erosão vem ali causando.

Há muitas ruas calamitosamente intransitáveis, inclusive de difícil acesso a pedestres nas partes baixas; casas sendo invadidas pelas águas das chuvas; enormes pedras e grande

quantidade de volumosos cascalhos e terras forçando as habitações, algumas com risco de destruição, cujas famílias ficam em estado de pânico ante as fortes chuvas que vem tendo ultimamente.

Somente o asfaltamento resolveria a disciplina das águas. Mas, é necessário o urgenciamento da rede de esgotos, galerias de águas pluviais e infra-estrutura de todos os gêneros que a boa técnica recomenda.

Fala-se, inclusive, de crianças que teriam caído em valetas abertas pela erosão, correndo risco de vida.

Em algumas extremidades dos bairros falta rede de energia elétrica e iluminação pública, o que expõe a população à insegurança.

Some-se ainda, o fato de não ter ali nenhuma unidade escolar, e as centenas (talvez milhares) de crianças em idade escolar estão sem matrícula, e as matriculadas em escolas distantes, pagam um preço de transporte que chega a ser impeditivo (Cr\$ 8,00 ida e Cr\$ 8,00 volta), mormente por se tratar de famílias de baixa renda.

O lugar é "deserto" e sem arborização, nem praça, numa área de lazer.

A impressão que se tem, à primeira vista, é de que reina intensa frieza entre os moradores e um triste ambiente social.

Somente agora, por iniciativa de algumas lideranças locais, começam os movimentos da recém-criada Associação dos Amigos e Moradores.

A presença do poder público é fator imperativo e inquestionável, para a realização das obras aqui apontadas.

É urgente a necessidade e inconcebível a sua recusa.

Por isso, faz-se este apelo, cuja solução não pode ser postergada sem os efeitos mais indesejáveis que possam advir dessa inadvertência.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofícios ao Sr. Governador do Estado e ao Procurador Geral do Estado, solicitando estudos para a extinção do Quadro Especial de Procuradores e a criação de um Quadro Único de Procuradores.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Sensível aos apelos feitos nesta Casa, o Governador Ney Braga remeteu mensagens, hoje transformadas em leis, alterando os dispositivos da Lei n.º 7074, que reestruturou a Procuradoria Geral do Estado.

Essa lei, entretanto, urdida pelo ex-Procurador Geral, Lélis Corrêa, continua provocando atritos.

E assim, o Quadro Especial, composto de cento e cinco advogados, contempla contra toda a classe, uma clamorosa injustiça que precisa, já e agora, ser corrigida.

Explicando melhor, a Procuradoria Geral do Estado possuía mais de duas centenas de advogados, lotados em diversos estabelecimentos do governo.

Foi fixado, porém, que deveria o número ser reduzido para 105.

E assim, o ex-Procurador Geral, como já foi denunciado, nesta Casa, através de um critério todo especial e pessoal, escolheu os elementos que bem entendeu e teve o cuidado de, imoralmente, deixar um lugar para si mesmo.

Os demais advogados foram alijados. E assim, à medida que forem se aposentando, os seus lugares irão sendo extintos. É preciso corrigir-se a anomalia, o discricionarismo e a distinção.

É preciso que o Governador Ney Braga tome conheci-

mento desse absurdo.

Justo seria que o Quadro Especial de Procuradores fosse imediatamente extinto e em seu lugar que se criasse um Quadro Único de Procuradores, à medida em que ocorre em outros Estados.

Assim, não mais existiriam motivos para queixas, pois, à cada lista que se organiza muitos protestos são levantados.

Caso ficasse existindo o atual Quadro de cento e cinco Procuradores, todos os atuais advogados deveriam ser elevados à categoria de Procuradores e, agora sim, à medida que fossem vagando os cargos iriam eles sendo extintos até se chegar ao número desejado.

O que não está certo, o que é agressivo e o que ofende a classe, é a discriminação. E discriminação por que?

Segundo chega agora, ao meu conhecimento, e eu denuncio é o seguinte: dentro de poucos dias deverá ser realizado, na Procuradoria Geral do Estado, concurso para ingresso de vinte e cinco novos advogados.

Mas não existem essas vagas. O Quadro Especial está completo e a Procuradoria Geral possui mais de uma centena de bacharéis excedentes, ou seja, aqueles que não ingressaram na carreira.

Então, o certo seria o aproveitamento, primeiramente desses servidores, e depois sim, a contratação de outros.

O que está ocorrendo é um absurdo e o Governador do Estado deve suspender, imediatamente, a realização desse concurso, a fim de que se reformule a situação existente.

Este requerimento não procura impedir o acesso de novos advogados nos quadros do Estado; visa sim, corrigir o erro cometido em passado recente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos do Regimento Interno, REQUEREM, seja encaminhado, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de ser remetida a esta Casa uma mensagem aditiva à Mensagem de n.º 45/80, de 24 de julho de 1980, que dispõe sobre o sistema de classificação de cargos do Poder Executivo, contendo as seguintes modificações, todas elas objetivando o aperfeiçoamento do referido sistema:

1. Excluir do Plano as categorias de Engenharia e Arquitetura, mantendo-as sob o sistema da Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1979;
2. excluir a correlação de Advogados com Assistente Jurídico;
3. incluir nos requisitos para ascensão, o comprovante de "habilitação legal" para a categoria funcional em processo seletivo;
4. permitir aos funcionários que exercem funções atribuídas aos cargos do quadro da CRE a participação em processo seletivo interno para o ingresso nos cargos vagos do quadro em referência;
5. permitir aos ex-ocupantes de funções de pessoal Suplementar o direito de participar de processos de ascensão, mediante processo seletivo interno;
6. ressaltar aos funcionários não optantes pelo ingresso na carreira de Procurador e aposentados com as vantagens de cargo em comissão, o direito de relacionamento com o cargo de Advogado de segunda classe;
7. modificar o critério do benefício previsto no Art. 21, para possibilitar o direito de reajustamento de proventos àquele que por cinco anos continuados tenha exercido cargo em comissão depois de aposentado, inclusive cargo direto da administração indireta;
8. assegurar ao funcionário, do quadro da CER que em 1.º de julho de 1979, preenchia os requisitos dos art. sexto e sétimo da Lei n.º 7.051/79, o direito de ingresso na

inicial das séries de classes correspondentes à respectiva escolaridade;

9. manter o cargo de Técnico em Raios "X" e estabelecer para o cargo de Inspetor de Trânsito a correlação com Auxiliar Administrativo "D";
10. Assegurar o nível "J" para a categoria de Veterinário;
11. Criar o cargo de Jornalista no Quadro Novo;
12. revisar a tabela dos vencimentos atribuídos à categoria de Médico;
13. assegurar a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, aos funcionários que forem aposentados após a publicação da lei, procedendo-se a revisão de seus proventos na forma do artigo 29 da mesma lei.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) ERONDY SILVERIO.

Apoiamento:

Ezequias Losso, Lázaro Dumont, Carlos Zanlorenzi, Quielise Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, José Domingos, Renato Bernardi, Fiori Luiz, Nelson Buffara, Werner Wanderer, Ailton Cordeiro, David Federmann, Gabriel Manoel, Del Ciel, Palácios, Rosário Pitelli, Valduga, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet e Basílio Zanusso.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 140/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica terminantemente proibido o porte de armas de fogo pelos integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, quando destacados para manutenção da ordem em passeatas estudantis, trabalhistas, etc., estádios de futebol, solenidades cívicas, reuniões em recintos fechados, tais como convenções, assembléias, enfim, em qualquer tipo de atividade que envolva agrupamentos humanos.

Art. 2.º — Também à Polícia Rodoviária fica proibido o porte de armas de fogo, quando na orientação do trânsito dentro do perímetro urbano.

Art. 3.º — Todos os policiais, nas circunstâncias assinaladas nos arts. primeiro e segundo, deverão portar somente cassetetes ou escudos.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVAS:

Segundo temos conhecimento, através da leitura e dos noticiários de jornal, em geral, os policiais, nos países mais desenvolvidos do Globo, portam apenas cassetetes e escudos suficientes para manutenção da ordem.

No Brasil, ao contrário, temos presenciado a ocorrência de verdadeiros dramas, fazendo vítimas pessoas inocentes, que nada tem a ver com o tumulto gerado por alguns poucos irresponsáveis, quando então a Polícia faz valer a sua força através do disparo de balas, lançadas sem direção, a exemplo do que tem ocorrido constantemente em estádios de futebol.

Há pouco tempo, em Toledo, um torcedor foi barbaramente assassinado.

Isto para citar apenas um caso recente e de nosso Estado, vez que acontecimentos semelhantes estão quase se tornando uma rotina.

Por último, é de se lamentar o ocorrido em Assaí, dia 5 de outubro, por ocasião da Reunião da Convenção, ressaltando-se que nada de trágico teria ocorrido se o soldado não estivesse armado.

Enfim, o porte indiscriminado de armas de fogo constitui uma arbitrariedade que precisa ser seriamente controlada,

para que não se façam novas vítimas.

PROJETO DE LEI N.º 141/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JATAIZINHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho, é uma sociedade que foi fundada para dar assistência e proteção à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar e as necessidades da criança e da gestante.

Cuida ainda, da proteção e tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais, aleijadas, cegas, paráliticas, etc...

Em se tratando de entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade de Jataizinho, apresentamos o presente projeto de lei, à consideração desta Assembléia esperando o indispensável apoio.

PROJETO DE LEI N.º 142/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É obrigatória a apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, inclusive os titulares de Delegacia de Polícia, bem como para quem assumir cargo ou função a nível de Direção ou Conselho, em empresas públicas, autarquias, fundações, sociedades de economia mista ou em qualquer tipo de sociedade onde o Poder Público possua mais de cinquenta e um por cento de ações ou de cotas de participação.

Art. 2.º — Ao termo da gestão ou na cessação do exercício do cargo ou função, o servidor, de que trata o artigo anterior, apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso de função ou cargo exercido.

§ 1.º — Na hipótese de renúncia ou afastamento do cargo ou função, a declaração de bens será feita nos dez dias subsequentes em que se verificar o desligamento.

§ 2.º — A falta de declaração de bens implicará em crime de responsabilidade, nos termos da lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A declaração de bens dos responsáveis pela administração pública é uma exigência consagrada na legislação de todos os países civilizados.

Entre nós, muitos titulares de cargos públicos já são obrigados a cumprir essa formalidade.

Lamentavelmente, porém, a maioria dos que se investem em funções que permitem o enriquecimento ilícito estão isentos da obrigação de publicar seus bens, antes e depois do desempenho de certas atividades no seio da administração do Estado.

Essa lacuna é que explica o presente projeto. Aos honestos e probos, ele enseja a oportunidade de manifestar suas qualidades e virtudes, e aos desonestos, o projeto coloca em anteparo à tentação de se locupletar à custa do patrimônio

coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Está sendo construída em Cascavel, para prestar serviços a uma comunidade estimada em mais de 1 milhão e 200 mil pessoas que compõem a região Oeste paranaense, uma importante obra destinada a fincar um novo marco no desenvolvimento social.

Trata-se do Hospital Regional de Cascavel, cuja construção, iniciada em 1977, já consumiu 40 milhões de cruzeiros o que permitiu a conclusão parcial dos serviços gerais de alvenaria, cobertura, revestimento, instalações hidráulicas, oxigênio, vácuo e clínica.

O projeto global visa instalar 350 leitos, sendo que 125 na primeira fase, que ora vem sendo executada.

Estima-se, contudo, que serão necessários pelo menos mais 160 milhões de cruzeiros para que o Hospital comece a prestar serviços à vasta comunidade de todo o Oeste.

a edificação foi iniciada com área de 10.862,00 m², que se ampliará em quatro sucessivas etapas até alcançar 13.962,00 m² que é a dimensão do projeto básico.

O seu funcionamento iniciará com 125 leitos, mas o empreendimento prosseguirá até 350 leitos com a área total de 18 a 19 mil metros quadrados.

O índice almejado no projeto é de 54 m²/leito, pois a área de aproximadamente 40.000,00 m² de terreno, enseja a possibilidade desses reajustes ao longo do cronograma.

O Governo brasileiro inclui a Saúde dentre as grandes prioridades da administração pública, aceitando o grande desafio de uma época principalmente pela insegurança social ante os problemas da invalidez, da enfermidade e da própria pobreza.

O Hospital Regional de Cascavel vem ao encontro desses objetivos tão reiteradamente defendidos pelos governos Geisel e Figueiredo, profundamente preocupados com as taxas de saúde da população.

Constituindo-se um pólo geográfico de significativa importância, Cascavel se tornou num centro ideal para acolher as grandes e corajosas soluções.

Ninguém desconhece o terrível drama das imensas levas de doentes e necessitados que têm que se deslocar à Capital do Estado para serem atendidos pelo Hospital de Clínicas, obrigando-se a vencer imensas distâncias e suportar uma série de vicissitudes nesse verdadeiro calvário.

Interiorizar os serviços médicos levando-os às frentes conflagradas pela doença, pela epidemia e pela miséria, é tarefa urgente nem só imposta por sentimentos de humanidade, mas também ditada por um imperativo racional de administração pública no setor sanitário.

Empreendimento de tamanha envergadura não pode correr o risco de sofrer colapso à míngua dos indispensáveis recursos financeiros.

Os problemas da saúde agravam-se dia-a-dia. A presença do Poder Público é reclamada com inadiável urgência, sob risco de mais se agravar o dramático quadro.

Queremos, Sr. Presidente, requerer a manifestação desta Casa de integral apoio ao Hospital Regional de Cascavel, trazendo-se esta decisão no envio de um apelo a Sua Excelência o Presidente João Figueiredo e aos Excelentíssimos Ministros Waldir Arcoverde, da Saúde e Jair Soares, da Previdência Social, e também ao Excelentíssimo Ministro Chefe da Casa Civil, General Golbery de Couto e Silva, para que o Hospital Regional de Cascavel seja incluído nos planos e nas

dotações fixados pelo Conselho de Desenvolvimento Social.

E que seja anexado, e enviado a Brasília, os "Comentários e Justificativas", do projeto de construção do Hospital, feitos pelo arquiteto Elgson Ribeiro Gomes.

Curitiba, 8 de outubro de 1980.

DAVID CHERIEGATE".

"HOSPITAL REGIONAL DE CASCAVEL

Comentários e Justificativas sobre a sua localização, programa, modelo e solução arquitetônica, tamanho do terreno e aspectos diversos.

O Hospital Regional de Cascavel se caracterizará num órgão, cuja área de influência de atendimento, estender-se-á por toda a 22a. Micro-Região homogênea extremo Oeste paranaense, constituída pelos Municípios de Cascavel, Guaraniaçu, Corbélia, Nora Aurora, Formosa, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa D'Oeste, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, com uma população global de 1.114.895 habitantes, acrescentando-se a Obra de Itaipu, que no período mais intenso de 1982 possuirá 25.000 empregados, que com seus familiares alcançarão aproximadamente 50.000 pessoas dos dois lados da fronteira.

Cascavel hoje com 131.000 habitantes, terá nesta oportunidade acima de 200.000 habitantes, e se constitui assim num Pólo de acelerado desenvolvimento, uma espécie de Capital Regional, face às distâncias em que está situada dos Centros maiores, e o Hospital surge, pela sua própria natureza, neste pólo regional, com uma célula fundamental de um complexo Organismo Social em expansão.

A Assembléia Mundial da Saúde em Genebra, em 1956, concluiu por definir o Hospital como parte integrante de uma organização médico-social que se estabelece modernamente com a finalidade de oferecer à população uma assistência completa, tanto no plano terapêutico de atendimento portanto, levando na medida do possível os seus serviços de consulta até os núcleos familiares.

Assim sendo, este Hospital como organismo em si que nasce para tão profunda participação na dinâmica da vida, não poderia ser concebido sem que não se pudesse de antemão pressentir e antever a amplitude do seu envolvimento e de seu dimensionamento final máximo recomendável de equilíbrio entre administração controlável, atendimento à população, porte de investimentos e autonomia financeira, tornando-se, portanto, impositivo, a partir desta noção clara, que a ele possa ser assegurado e lhe seja portanto consagrada a possibilidade plena dos desdobramentos futuros, frutos que são naturais e inerentes do próprio processo de desenvolvimento que determinou a sua origem, e ao qual estará incrustado permanentemente e de forma irreversível.

Ao definir-se e resolver-se por sua vez, neste desdobramento, como um conjunto de unidades em plena função, que a par da Clínica médica ou medicina geral, da Cirurgia, da Ginecologia e Obstetrícia, acompanhando o desenvolvimento o curso da gravidez, e da Pediatria, acompanhando o desenvolvimento infantil, na luta para evitar a difusão de doenças contagiosas, deverá também prestar serviços e desenvolver pesquisas sobre assuntos sanitários referentes à população, voltado por conseguinte para os profundos problemas de higiene e medicina preventiva: e para tanto deverá desenvolver o estudo médico-social, o treinamento do pessoal para o desempenho na área da saúde, necessário tanto para si mesmo, como órgão em funcionamento, como de suprimento de toda a área de influência da Região em que se situa na Rede Hospitalar isto é, aos postos mais avançados de policlínicas articuladas ou ambulatoriais interligados como unidades sanitárias à policlínica do próprio Hospital, e posteriormente servindo também de apoio ao próprio ensino de medicina em decorrência da for-

çosa e natural expansão do Núcleo Universitário de Cascavel.

Atualmente dos 60.000 médicos brasileiros, 28.000 se aglomeraram no Rio, de Janeiro e em São Paulo, enquanto 2.200 municípios não têm nenhum Hospital.

Mais de 2/3 do território brasileiro conta com uma média de 1 leito para 3.000 habitantes.

Na trilha de formação de profissionais de toda a espécie, aparece então flagrante a necessidade extremamente urgente da preparação de enfermagem, que terá que ser elevada a uma proporção mínima de 20 para cada 10.000 habitantes, distribuídos entre enfermeiras, auxiliares e atendentes, sem considerar a do próprio Hospital, cujo efetivo inicial de 150, ascendendo em poucos anos de funcionamento a 350, o levará a contingência de formação da Escola de Enfermagem.

Para o funcionamento do Hospital serão necessários alojamentos logo ao seu início, de 30 a 50 entre enfermagem e pessoal subalterno, de 10 a 15 para médicos e pessoal administrativo, e a própria residência do Administrador, e assim sendo, junto ao Hospital dentro de seu próprio território surgem novas necessidades de construção, decorrentes já de sua implantação.

A previsão de que a nossa população duplica em 20 anos induz que, à razão de 1 leito hospitalar para cada 250 habitantes, dentro dos padrões mínimos recomendados pela Organização Mundial da Saúde, um Hospital de 350 leitos estará apto ao atendimento de aproximadamente 90.000 habitantes; esta proporção, associada à Rede Hospitalar privada da Região, e aos índices de desenvolvimento populacional da área, permitirá estabelecer facilmente a escala em que nos situamos, e o desencadeamento do programa das etapas de construção que irão se impondo: permitirá consequentemente equacionar os custos, fazer previsões orçamentárias, e estabelecer os períodos prováveis das concorrências, organizando portanto o desenvolvimento.

O projeto de um Hospital novo no Brasil de hoje, envolve portanto implicações que não se conjecturavam há poucos anos atrás, e alguns aspectos peculiares ao nosso estágio ou de peculiaridades regionais sugerem, outrossim, que precisam ser tentadas soluções próprias nossas, quase como que de Modelo Novo, todavia com elasticidade bastante para poder acompanhar a quaisquer solicitações presentes e futuras da ciência médica e da tecnologia, no progresso social moderno: de um modelo que embora baseado, portanto, no estudo das últimas conquistas da medicina e da tecnologia, possa significar também um projeto tão simplificado que corresponda aos recursos disponíveis e se adapte perfeitamente às necessidades e condições locais sem perder de vista que a assistência médico-hospitalar muda constantemente, tornando-se cada vez mais onerosa, mais sofisticada e mais imprevisível.

O Hospital Regional de Cascavel que apresentamos tem a pretensão de ser o Modelo Novo, de uma nova geração, como se pode depreender da análise do projeto.

Existe atualmente, e também no plano internacional, uma tendência de afastar-se da solução de torre de elevadores sobre embasamento, e caminhar com soluções na direção horizontal de baixo nível, solução que vem sendo adotada nos hospitais pequenos há muitos anos.

Numa esplanada de 200,00 m x 200,00m com um perfil propício para o estabelecimento espontâneo de pisos, rampas e planos, situa-se o Hospital, constituído de um Bloco vasado por áreas e jardins, com os espaços adjacentes e em torno que lhe assegurem o ambiente acolhedor da vegetação, estacionamento amplo de veículos, reservas para ampliações, espaço para o estabelecimento de todas as construções que se tornarem necessárias à sua implantação e para o estabelecimento de programas futuros.

Neste Novo Modelo, desenvolvem-se princípios fundamentais do planejamento hospitalar, tais como de flexibilidade, funcionalidade e centralização:

de flexibilidade, para que dentro de certos limites, seja capaz de expansão orgânica, com possibilidade de adaptação às necessidades que se transformam, ou salas com várias finalidades de uso sem alteração da estrutura, mesmo quando da substituição de elementos isolados ou inteiros;

de funcionalidade, procurando com a disposição de cada serviço, a sua instalação e o seu relacionamento com os demais, etc, alcançar o máximo de eficiência, buscando atingi-la com o menor custo operacional possível;

de centralização, para que não sejam multiplicados desnecessariamente equipamentos e mão de obra em serviços de mesma finalidade, como de laboratório, radiodiagnóstico, arquivo, tratamento intensivo, centro cirúrgico, etc, e com um número de leitos elevado até o ponto em que se justifique o mais amplamente possível, a complexidade dos recursos indispensáveis a todo e qualquer tipo de atendimento do Hospital.

Assim como o elevador de alta velocidade estimulou o uso da torre de grande altura, para prédios, instituições de todo o gênero, inclusive hospitais, o desenvolvimento de sistemas de manejo horizontal de material, tais como carros, transportadores monorial para volumes, ou sistemas de tubos pneumáticos para papelaria e registros, e até mesmo veículos motorizados como pequenas locomotivas para puxar vagonetes, e ainda intercomunicadores de enfermeiras, sistemas de chamada, etc, vieram fazer mais viável o edifício de desenho horizontal, que possui para nós o extremo interesse de poder ir sendo construído por partes, e simultaneamente irem entrando em funcionamento, portanto num esquema progressivo de investimentos, ao contrário portanto, dos complexos verticais que obrigatoriamente precisam ser construídos de inteiro para que possam iniciar as suas atividades.

Assim é que, neste nosso Modelo, o Projeto pode hoje prever uma seqüência de tal forma organizada de desenvolvimento, que as obras poderão ser iniciadas com 10.862,00m², até o Hospital alcançar o seu pleno crescimento a partir do Projeto básico de 13.962,00m², já em futuro mais distante, iniciando o seu funcionamento com 125 leitos até alcançar a plenitude de 300 a 350 leitos; de 18 a 19 mil m².

Enquanto toda a infra-estrutura administrativa, assim como de pessoal, de instalações de equipamentos, etc, for se implantando com estes primeiros 125 leitos, a construção subsequente de mais 87 leitos, portanto de mais 1.787,00m² logo a seguir, dará ao Hospital um conteúdo de 212 leitos.

Equilibrando a esta altura, a razão de 60.00m² por leito, o Hospital estará se fortalecendo para a sua próxima etapa de crescimento, com um acréscimo então de 1.312,00m² quando com mais 34 leitos alcançará 246 leitos (56,7m²/leito).

Para a 4.^a etapa futura, com acréscimo aproximadamente de 5.000,00m² de construção e algumas reformulações e remanejamentos possíveis, quer na disposição dos leitos em relação aos aposentos, ou na infra-estrutura, o Hospital poderá alcançar mais 80 a 90 leitos, num índice de 54m²/leito.

A área de aproximadamente 40.000,00m² de terreno, abriga a possibilidade portanto destes ajustes. O partido arquitetônico adotado decorre portanto do estabelecimento da tese de uma relação de projeto associado ao estágio atual do programa inicial de leitos, de forma a tornarem-se as soluções flexíveis em proporção ao desenvolvimento, concorrendo para uma posição definitiva em torno de 300 leitos no futuro como tem sido postulado pela Federação Internacional de Hospitais, a partir das pesquisas do Centro Hospitalar de Dusseldorf e outras mais.

Paralelamente se torna necessário desenvolver também o programa do número mínimo de alojamentos necessários portanto, pela fixação de pessoal na área, e sua própria implantação, e toda esta escalada progressiva de um programa de investimentos, como se vê claramente, não seria possível numa

estrutura de prédio alto com elevadores.

O partido horizontal ou vertical deixou de ser portanto uma questão de preferência, gosto pessoal ou moda, e sim uma decorrência de diversos fatores, inclusive a das relações funcionais de nível, como é o caso da maternidade, onde idealmente se procuram ter acomodações de internação, berçário e bloco de parto, dispostos num só piso.

O Hospital Regional de Cascavel, situado em amplo terreno, fora do borburrinho, do ruído e das implicações da cidade, se desenvolverá pois horizontalmente, o que lhe possibilitará o fluxo interno por três rampas, com interligações diretas e divisão entre fluxo de público, de serviços gerais ou aqueles propriamente de interesse médico mais íntimo, com distribuição linear de suprimento, numa relação funcional internível, com possibilidade e acessibilidade física e funcional referente às Unidades de atendimentos médicos, administrativos, etc.

Assim é que no miolo do Hospital, num bloco de 02 (dois) pavimentos que chamaremos de Núcleo, com um subsolo parcial, situa-se como que o coração dos Serviços médicos, sendo alojados no pavimento inferior, basicamente os Serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, e no pavimento superior, o Centro cirúrgico, pós-operativo, Unidades de terapia intensiva e semi-intensiva, Centro Obstétrico, Berçário, e leitos da maternidade.

Periféricamente em relação a este Núcleo, desenvolvem-se como Satélites as demais Unidades funcionais a saber:

O Ingresso geral do Hospital, com estacionamento próprio, acesso ao hall de recepção, de internamento, administração, a partir diretamente da Avenida Foz de Iguaçu, e aos ambulatórios de acesso direto pela triagem da Entrada principal, e com conexão com os serviços auxiliares de diagnóstico, situado no andar térreo ou Núcleo.

Com acesso também da lateral da Avenida, situa-se a Entrada de Serviços do Hospital, que dá acesso ao Pronto Socorro, o qual leva os pacientes de emergência cirúrgica, facilmente às salas de cirurgia do bloco cirúrgico, Pronto Socorro este que mantém uma expectativa de grande movimento, não só em relação a Cascavel, como às estradas de ligação com os demais Centros da Região.

Por esta Entrada têm outrossim lugar os Serviços Gerais, o pessoal, o abastecimento geral, o acesso ao Setor Industrial, às áreas de manutenção, ao Centro de suprimento, processamento e distribuição, ao serviço fúnebre, etc.

Ao norte situam-se as Unidades de internação, reunidas em enfermarias, ou apartamentos de dois pacientes ou individuais, e distribuídos em dois pavimentos.

Todos os ambientes terão ventilação e iluminação natural através dos pátios, com exceção dos que estão previstos com condicionamento de ar, como o Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, Unidades Intensivas, berçário, etc; Renovação de ar, como a cozinha, o restaurante, exaustão com pressão negativa na Lavanderia, etc.

A concepção do Projeto situa, outrossim, o Hospital dentro da filosofia do atendimento ou Cuidados Progressivos, com cuidados máximos e cuidados mínimos, que se desenvolvem entre o segundo pavimento do Núcleo, a partir dos Centros Cirúrgico e Obstétrico, a articulação com o Pronto Socorro, pelas Unidades intensiva e semi-intensiva; depois com o atendimento normal pelos três andares de internação, sendo o atendimento mínimo no futuro executado por duas alas destacadas no desnível inferior, leitos estes que serão construídos mais abaixo, ligados aos jardins, com acesso diferenciado para os visitantes pelos espaços adjacentes, com cujo critério será possível ao paciente evoluir do grau máximo de atenção e confinamento, até à sua autonomia de convalescente no espaço aberto da natureza.

Desta forma, torna-se mais expontânea a centraliza-

ção de equipamentos e de enfermagem especializada mais cara no Núcleo, em relação aos enfermos cujo estado exige uma atenção mais concentrada e vice-versa.

Ao invés do agrupamento básico dos quartos de um e do outro lado do corredor, ou do corredor duplo com serviços de permeio, ao longo do eixo longitudinal do centro, foi adotado o conceito de aposentos em pequenos núcleos de atendimento, baias ou bolsões com enfermagem e serviços de forma equidistante e panorâmica dos quartos da respectiva unidade composta de 25 pacientes, extensivas: pelo andar geral, sem os inconvenientes decorrentes da promiscuidade fronteiriça ou eventual movimentação indiscriminada de circulação geral.

Os setores foram zoneados, a distribuição ordenada, os departamentos afins funcionalmente interligados, e a circulação extensível e continuada; com o sistema de rampas separando as importantíssimas linhas de tráfego caracterizada e conseqüentemente diferenciada entre eixos técnicos, de serviços e de público.

Este é o Hospital Regional de Cascavel, o qual em posição panorâmica, em meio de jardins e bosques, com cores fortes em contraste com as combinações sutis nos acabamentos materiais e mobiliários, funcional, alegre, leve, num ambiente de silêncio, oxigênio e otimismo, numa atmosfera portanto saudável, possa significar nesta Região uma contribuição profundamente séria de novos conceitos a todos a que venha a estar afeto o problema de saúde, como também um sereno, irradiante e incisivo estímulo a outras concretizações do gênero.

Que este Novo Modelo, possa traduzir-se num sentido como que de esperança e orgulho de uma comunidade simbolicamente reunida neste momento aqui conosco, neste anseio para saudar uma nova época não tão distante que não nos apresente pela calada da noite fechada e fria da cidade o quadro humilhante dos vultos enfermos, aonde vão-se formando longas filas de silhuetas esguias, furtivas e trêmulas que se acocoram e se encolhem pela madrugada a dentro, silenciosamente, angustiosamente aguardando o direito a uma hora de consulta com esperanças muitas vezes por um leito num hospital que sequer existe.

Que possa constituir-se ainda numa parcela a mais de contribuição, ao que pronunciou o Excelentíssimo Presidente Geisel, em 4 de julho de 1974, ao dar posse ao Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva: "Que se garanta a família brasileira nas cidades e nos campos, maior segurança contra esse medo desmoralizante da própria condição humana que é o medo à doença, o medo à invalidez, o medo da miséria" afirmando que maior que o traçado das grandes estradas seria o desafio sanitário, quando incluiu a Saúde no rol das áreas prioritárias do seu governo, compreendendo que o resultado destes índices de saúde significaria economicamente maior energia de trabalho de uma população sadia.

Muito obrigado.

Curitiba, 28 de julho de 1976."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Antes de fazer uso do objetivo propriamente dito da minha vinda a esta tribuna, quero requerer o encaminhamento à Mesa de requerimentos pedindo envio de ofício ao Secretário de Estado do Interior, Educação, Superintendência da FUNDEPAR, COHAPAR, Gerente Regional do BNH e Prefeito de Cascavel, além do Secretário de Cultura e Esporte e Presidente da SANEPAR. Como ainda requerer voto de regozijo pela brilhante vitória da chapa encabeçada por Dio-

nizio Lopes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Capitão Leônidas Marques.

Sr. Presidente, quando da discussão e votação da mensagem de aumento do funcionalismo público estadual, no ano passado, nós levantávamos aqui a questão da falsa elevação do nível de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Havia o Governo proposto a esta Casa a instituição da parcela adicional social, com a qual se promoveu e se propalou por todos os cantos do Estado que a parcela adicional social seria um percentual capaz de elevar duas vezes por ano o vencimento básico do funcionalismo público do quadro efetivo do Estado.

Naquela oportunidade dizíamos contestando as argumentações do então Deputado defensor da idéia de que havia um efetivo aumento de 67% dos vencimentos. E a nossa contestação se inseria no raciocínio de que aquela parcela adicional social realmente não se constituía uma base fundamental da elevação do salário ou dos vencimentos do funcionalismo público.

Propalou-se como uma inovação dentro do quadro do funcionalismo para efeito de promoção dos vencimentos.

Recentemente, Sr. Presidente, esta Casa revogou a lei que atribuía a parcela adicional social ao funcionalismo público do Estado. E qual a inspiração da sua revogação?

Nada mais do que o simples impedimento do funcionalismo ter duas promoções de vencimentos por ano. Exatamente quando da elevação do salário mínimo pelo critério da dualidade anual. E hoje se confirma, Sr. Presidente, as nossas alegações, nosso raciocínio e a nossa posição perante esta Assembléia e perante o povo paranaense. E o que nós vemos agora, já imediatamente no mês de novembro e no mês de dezembro, o funcionário público terá realmente a incorporação do PAS no seu vencimento, que era a tese que apre-ávamos na ocasião de sua discussão.

No mês passado o PAS foi incorporado, ficando revogada esta chamada Parcela Adicional Social. E os efeitos desta incorporação nos vencimentos? Os efeitos, Sr. Presidente, é que a partir do mês de janeiro, a partir do ano que vem, com a elevação do salário mínimo regional, o funcionário público terá diminuído e vejam pasmem Srs. Deputados, sobretudo os de categoria de vencimentos menores, serão diminuídos em seus vencimentos.

Já viemos a esta tribuna, no mês passado, dizer que a reestruturação do quadro de funcionários públicos é com a incorporação da Parcela Adicional Social. O funcionalismo público, no mínimo os de categoria inferior, de nível de vencimento inferior, seriam prejudicados pela medida do Governo e que a reestruturação do quadro, no mínimo, iria beneficiar largamente os de faixa mais avantajada de nível de vencimento.

Atualmente, Srs. Presidente, há uma reclamação quanto ao baixo nível de rentabilidade do funcionalismo. Fala-se por aí que o Governo está na iminência de conceder um abono, já reclamado até por este Deputado há alguns meses e que até agora não se tem notícia oficial.

Nossa posição, Srs. Presidente, é para reclamar um posicionamento do Governo, através de sua liderança e dos seus liderados nesta Casa, para que o funcionalismo público tenha, pelo menos, a voz oficial da postura do Governo quanto ao achatamento salarial.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Já está no ar e com uma projeção de imagem e som das melhores, mais uma emissora de televisão.

De grande potência transmissora e construída nos mais modernos moldes da técnica e arquitetura brasileira e ela também se localiza em uma das mais importantes regiões do Paraná — mais precisamente na cidade de Cornélio Procopio.

Devemos o grande evento ao Grupo Positivo. Proprietários da Rádio F.M. BRASIL 104, — da Rádio Independência do Paraná Ltda, — da Distribuidora de Material Didático Limitada, — da Editora Posigraf, — da Sociedade Anônima Educacional Positivo, que abriga mais de 17.000 alunos, é uma entidade de méritos reconhecidos, e que está se aproximando da inauguração oficial da TV VANGUARDA em Cornélio Procopio.

Não obstante apenas 8 anos de atividades nos setores de educação e comunicação, o Grupo Positivo, é conceituado no Paraná e no Brasil, por sua criatividade e por sua gabaritada administração.

Para estudar a área de alcance da TV VANGUARDA, foi encarregado o Professor Hamilton Bettes Júnior, que elaborou excelente trabalho, justificador do empreendimento, e do investimento de proporções elevadas.

Assim, da síntese sócio-economia da região coberta pela TV VANGUARDA, destacamos que a área territorial, ou física abrangida é de 67,530 Km². — sendo 30.561 no Estado de São Paulo, e de — 39.969 no Estado do Paraná e que a população dessas áreas é de 4.117.584 habitantes, dos quais 1.009.419 domiciliados no Estado de São Paulo, e 3.108.165 habitantes no Estado do Paraná.

Fica-se através desse trabalho conhecendo dados interessantes, como os que na citada área, se colhe um quarto da produção brasileira de café, e contribui com quase 10 por cento da produção brasileira.

Pode-se ainda adiantar, que cinco milhões de cabeças de gado povoam a região, ou 30 por cento do total de máquinas agrícolas existentes no Brasil estão trabalhando diariamente nos vários setores de sua atuação.

Dados sociais, Srs. Deputados, são apresentados e que exigem de nossa parte atenção e estudos para melhorá-los pois, enquanto a renda per capita nos municípios paulistas — objeto do estudo — é de média de Cr\$ 26.057,00 a renda per capita paranaense é de Cr\$ 14.895,00.

Verificamos ainda, que a renda per capita maior na área da alta Sorocabana é de Cr\$ 32.848,00 — a de Maringá é de Cr\$ 25.143,00, e a menor da região paulista (Ourinhos) é de Cr\$ 13.920,00.

Já no Norte Velho de Venceslau Braz é de Cr\$ 6.210,00 — dados estes — Srs. Parlamentares — cuja divulgação já constitui uma forma de colaboração para o poder público, sobremodo interessado em reduzir as desigualdades de rendas.

Para a instalação da TV VANGUARDA grande foi a euforia e participação da comunidade procopense aprovando a doação de terreno com cinco mil metros quadrados no perímetro urbano de Cornélio Procopio.

Dentre outros ilustres concidadãos do Grupo Positivo, destacam-se o professor Oriovisto Guimarães, seu Diretor Presidente; — Waldomiro de Toledo Pizza, seu Diretor Geral; — José Pedro Crispi, Diretor Artístico; — Antenor Aparecido Próspero Neto, Diretor Comercial, além de uma bem competente equipe de técnicos à frente da TV VANGUARDA em Cornélio Procopio.

Congratulamo-nos pois, não só com os proprietários do Grupo Positivo, como com todos quantos participam do mesmo, formulando votos, — que não são apenas os nossos, como Deputado representante daquela região; — nós nos congratulamos como cidadãos que vemos chegar mais um elemento importante de progresso, conduzido por professores experimentados, os quais buscam, como é natural, a justa

redistribuição para os seus investimentos, mas buscam também com igual disposição, serem úteis às comunidades laboriosas, unindo-as, aproximando-as, com o som e com as imagens, informando, instruindo, educando.

Assim as maravilhas da ciência que Deus pôs ao alcance do homem devem ser exploradas em benefício do próprio homem, em suas potencialidades, na família, na sociedade, no Estado, e, finalmente, no espaço das fronteiras ou divisas territoriais, como faz a TV VANGUARDA, levando a sua imagem para nós todos, para o Brasil."

Para isso, Sr. Presidente, vamos anexar um requerimento enviando votos de congratulações aos Srs. proprietários do Grupo Positivo, por essa belíssima iniciativa, criando, no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Cornélio Procopio, uma televisão que se chama "Televisão Vanguarda", criada nos moldes mais modernos da nova técnica.

O requerimento está assim redigido: (Lê)
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, desta augusta Casa, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Grupo Positivo, pela instalação da mais nova emissora paranaense de televisão, na cidade de Cornélio Procopio.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento do presente aos Senhores diretores da empresa.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.980."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A crise que atravessamos, além de ela ser extremamente séria no campo energético, a crise maior, nesta Nação, Sr. Presidente, é uma crise de vergonha e de seriedade por parte de um Governo ditatorial, instalado neste País após 1.964.

Porque, Sr. Presidente, se nós analisarmos a alta do custo de vida nos últimos 12 meses, elas batem longe o índice de inflação de 110%, índice oficial do período julho-junho de 1.980.

A gasolina, Sr. Presidente, que teve um aumento, nos últimos 12 meses, de apenas 214%, estando o povo brasileiro, hoje, pagando 45 cruzeiros por um litro de gasolina, e as notícias que aí estão nos jornais, são de que ela irá subir mais.

Esquece-se este Governo de que deveria tomar uma medida séria, não uma medida demagógica como ele apregoa, através da grande imprensa, dizendo de que neste País não vai se racionar combustível, porque o racionamento se dará através do preço, esquecendo-se este Governo, que a cada aumento de um centavo na gasolina, ela refletirá no índice geral de preços, ela vai refletir no custo da mercadoria paga pelo povo brasileiro e paga, principalmente, pela classe menos favorecida da sorte, esmagada por uma política salarial desumana nesta Nação, Sr. Presidente.

É preciso, então, que haja seriedade, porque, de acordo com a sociedade consumista em que vivemos, a classe média brasileira já incluiu o automóvel como um bem na sua vida; incluiu o automóvel para o seu transporte pessoal, e esta classe média não irá, em hipótese alguma, perder esta benesse, deixar o seu transporte individual de lado, pagará o preço que for imposto por este Governo por um litro de gasolina.

Então, o que precisa haver, Sr. Presidente, é que haja seriedade por parte deste Governo, porque na crise em que ora nos encontramos, originada, principalmente pela guerra Irã-Iraque, de certa forma, tenho certeza, empurrará a economia

brasileira para um ajuste forçado, talvez em prazo mais rápido, embora em condições mais dolorosas do que se fosse em outras circunstâncias e sobretudo se os responsáveis pela política econômica souberem aproveitar este ajuste forçado para viabilizar em definitivo todos os projetos alternativos de produção de energia.

Se isto ocorrer, a economia brasileira poderá sair da crise provocada pelo conflito bem menos vulnerável, e, quem sabe até, em melhores condições para suprir o mercado interno brasileiro.

O que precisa, então, Sr. Presidente, é que haja seriedade por parte deste Governo. A não ser que seja cabeça dura suficiente para permanecer com este modelo econômico que leva ao desespero grande parte da população brasileira, porque há dias atrás, Sr. Presidente, vimos pelo jornal que, na Bahia, mais precisamente na sua Capital, a cidade de Salvador, um programa de esclarecimento ao povo de Salvador pedia para que, nos seus restos de comida nas latas de lixo, não fosse colocado veneno para matar ratos, porque várias pessoas mortas naquela cidade, que foram necropsiadas, foi constatado que ingeriram comida ou restos de comida das latas de lixo com venenos para rato.

E lá criou-se, com este mecanismo, uma nova classe social chamada "os badameiros", são pessoas que vivem de comer da lata de lixo.

Isto, Sr. Presidente, isto é o reflexo do sistema econômico implantado em 31 de março de 1.964, na Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) A Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário do Presidente das Associações dos Engenheiros Agrônomos no Paraná, Dr. Paulo Furiati.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"Nosso País apresenta um quadro bastante comprometido com relação a saúde do povo.

Em consequência disso, muitas indústrias de medicamentos aqui se estabeleceram, a maioria em busca dos lucros possíveis pela comercialização de seus produtos em grande escala, promovida através de intensa propaganda junto aos profissionais da área de saúde e aos consumidores.

O resultados desta ação, foi o condicionamento dos médicos, odontólogos e médicos veterinários, aos preparados existentes no mercado, muitos dos quais contendo dosagens inadequadas de certas drogas ou a presença de outras desnecessárias a um tratamento mais conveniente dos doentes.

O desuso da indicação da fórmula e os interesses econômicos das indústrias se refletiram na atuação dos farmacêuticos que, geralmente não são vistos mais como o "fabricante de poções, pomadas, cremes ou comprimidos de grande eficiência para debelar o mal constatado pelos facultativos" mas como um simples comerciante de produtos, geralmente caros, apesar de serem fabricados em grande escala.

Se entretanto o Governo Federal revogar a mal posta Portaria 20/77, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que ao vedar ao farmacêutico a manipulação de fórmulas com substâncias consideradas entorpecentes, odiosamente coloca em dúvida e honorabilidade do mencionado profissional de nível superior, e através do Ministério da Saúde promover ampla campanha de incentivo ao uso de produtos manipulados em farmácias com a realização, caso forem julgados necessários, de cursos rápidos para profissionais da área de saúde, o grande beneficiado será

o povo que por preços acessíveis, poderá adquirir medicamentos de boa qualidade e eficiência maior, por levar em conta as reais necessidades dos enfermos.

Sabemos que estas medidas colidirão com os interesses de muitas organizações, que remetem consideráveis valores, a outros países, especialmente sob forma de "royalties" em detrimento a enfraquecida economia brasileira.

A nossa posição, entretanto, deve ser voltada preferencialmente para a valorização dos nossos meios, mesmo que as pressões do capital sejam fortemente exercidas. Outrossim, o retorno às plenas atividades, definidas por lei ao farmacêutico, lhe permitirá melhor realização profissional e pessoal, além de justificar a sua longa e onerosa formação.

Estas e outras razões, levam-nos a propor o seguinte requerimento que esperamos seja aprovado por este esclarecido Plenário: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde e ao Presidente do Conselho Nacional de Tóxicos, dirigindo-lhes apelo no sentido da revogação a Portaria n.º 20/77 da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que veda ao farmacêutico a manipulação de fórmulas com substâncias consideradas entorpecentes e a promoção de ampla campanha de incentivo ao maior uso de medicamentos manipulados nas farmácias, em substituição a produtos industrializados, geralmente mais caros.

A medida se justifica na opinião de inúmeros médicos de que em muitos caso é mais eficiente o tratamento realizado em dosagens personalizadas de certas drogas e no fato de ser o farmacêutico um profissional de largos conhecimentos científicos e técnicos, que convém serem melhor utilizados em benefício do povo.

Outrossim, aprovada a proposição, Requer, sejam cientificados da decisão da Casa, o Conselho Regional de Farmácia, o Conselho Regional de Medicina e o Conselho Regional de Odontologia e o Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.980."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Lirneu Turra. (Declina)

Tendo declinado, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após uma reunião com centenas de professores, na maioria professores que estiveram no domingo próximo passado na cidade de Ponta Grossa, elaborou-se um documento o qual trago a esta Casa na tarde de hoje, em nome da bancada do PMDB.

(Lê)

"Nos últimos dias, o Secretário de Educação, Edson Machado, tem investido contra os professores lançando sobre a opinião pública um conjunto de dados e informações irreais como forma de defender a política educacional do Governo Ney Braga.

Para mascarar o insucesso e sua administração, manipula estatísticas que contrapõem à realidade que conhecemos.

Nesse exercício de prestidigitação, pretendo o Sr. Edson Machado mistificar sobre questões que não domina.

Como técnico, sobre-lhe a soberba típica do tecnoburocrata. Falta-lhe o Método e Conhecimento, como vem demonstrando em suas dissertações e no próprio curso de uma direção da Secretaria. Como filósofo ou político, quando ousa digres-

sões como a de Pato Branco, sobre a democracia, revela o simplismo e as limitações que devem ser fruto do próprio processo educacional deficiente.

Basta cotejar os dados para evidenciar as mentiras do Sr. Edson Machado, Secretário da Educação do Governo Ney Braga.

— Diz o Secretário que do Orçamento do Estado, trinta e cinco por cento são destinados à educação. Na verdade, é muito menos. No ano de 1.980 a Fundação Educação e Cultura participa com 21,3 por cento do Orçamento, enquanto para 1981 baixa para 19,4 por cento.

Devemos levar em conta que boa parcela dos reduzidos recursos do Estado foram repassados a empresas vinculadas aos negócios da educação, na compra de vagas - bolsas de estudos - e mesmo à indústria da construção civil, sendo as empreiteiras as principais privilegiadas na distribuição das verbas que são utilizadas na construção de prédios escolares ou na sua manutenção.

— Diz o Secretário que o Governo Ney Braga vem procurando ampliar a oferta de educação. Mas o que se vê é que a diminuição de verbas orçamentárias refletem diretamente sobre a redução das atividades educacionais e de sua qualidade, sem prejuízo para o quadro de tecnoburocratas.

DIMINUIU O NÚMERO DE PROFESSORES

Ao contrário do que afirma o Sr. Edson Machado, diminuiu o número de professores no Paraná;

Em 1975 o Estado tinha 34.654 professores no 1.º grau.

Em 1979, o Estado tem 30.623 professores no 1.º grau.

No mesmo período aumentou significativamente o pessoal administrativo e técnico.

Em 1975, a Secretaria da Educação tinha 10.669 funcionários administrativos e técnicos. Em 1979 esse número chegou a 19.185. Diminuiu o número de professores, aumenta o número de alunos. A Secretaria contrata mais burocratas.

DIMINUEM AS VERBAS

Diz o Secretário que o Governo tende a aumentar as verbas para educação nos próximos anos. Não é verdade. As verbas tendem a diminuir.

	1.980	1.981	Aumento da Verba para de 1980/81.
Verba Total	7.304.110.700	13.413.911.000	82%
1.º Grau ...	4.347.203.500	7.598.465.000	75%
2.º Grau ...	834.158.000	1.328.703.000	59%
Superior ...	779.861.100	1.427.967.000	83%

Se considerarmos a inflação de aproximadamente 100 por cento ao ano, veremos que no ano que vem as verbas serão ainda menores. O que é mais grave, dessa verba reduzida, o ensino de 1.º grau, numa perspectiva elitizante, numa clara distorção dos objetivos propostos de ampliar oportunidades para o 1.º grau.

Em 1980 14 por cento da verba da Secretaria da Educação e Cultura foi gasta em outros serviços, ou seja, não foi aplicado no ensino de primeiro, segundo grau ou superior.

Em 1981 aumenta para 23 por cento os gastos em outros serviços, não será aplicado no ensino de primeiro, segundo grau ou superior.

O Orçamento total do Rio Grande do Sul, que tem a mesma população praticamente, para o 1.º Grau, é o dobro da verba do Paraná.

Para efeito de comparação tomemos os gastos do Es-

tado do Rio Grande do Sul e do Paraná para o corrente ano (1980).

Total Secretaria Educação	Pr	RGS.
(1980)	7.304.110.700	10.250.697.000
1.º Grau	4.347.203.500	8.271.162.000
2.º Grau	834.158.000	996.107.000
Superior	779.861.100	22.618.000

— Diz o Secretário Edson Machado que o professor é privilegiado. Tem condições especiais de trabalho e recebe muito bem por ele.

Sabemos que não é verdade. O professor paranaense teve seu salário achatado, reduzido, aviltado. E as perspectivas são negras. Vejamos os números:

Em novembro o salário mínimo será de Cr\$ 5.892,40, ou seja, vinte por cento a mais que o salário da normalista PAI.

A normalista recebia, em 1969, 2,53 salários mínimos. Hoje recebe 1,22. Em novembro próximo vai receber apenas 0,86 do salário mínimo.

Diz o Secretário que o professor do ensino público sempre teve seus salários reajustados. Se o salário do professor acompanhasse ao menos a inflação, a normalista PAI estaria recebendo hoje Cr\$ 10.703,00. Houve uma perda real de salário, como aconteceu com todos os trabalhadores do País.

SOBRAM VERBAS PARA O SUPÉRFLUO

— Para não atender as reivindicações, o Secretário repete o mesmo argumento que os professores vêm ouvindo há décadas de todos os secretários de Educação dos governos - pós - 1964: "não há verbas".

Essa alegação é falsa, se considerarmos que o Estado destina do seu orçamento verbas para atividades menos importantes e muitas vezes supérfluas.

Analisando a própria verba para o setor de educação, vemos que há destinações injustificáveis:

— Em 1981, a manutenção do gabinete do Secretário da Educação vai custar Cr\$ 24.885.000,00 (Cr\$..... ..2.073.000,00 por mês). Dinheiro suficiente para pagar, entre outras despesas, as de mordomia e de favorecimentos políticos.

— Para a manutenção da Diretoria Geral da Secretaria da Educação, serão gastos no ano que vem Cr\$ 36.255.000,00. (3.021.250,00 por mês). Não há verbas para aumentar os salários dos professores, mas para sustentar as exigências da tecnoburocracia elas são generosas.

— A manutenção do Conselho Estadual de Educação vai custar, em 1981, Cr\$ 8.333.000,00. Uma verba astronômica para um órgão que reúne um grupo de "conselheiros" mais identificados com os seus interesses particulares que com os da educação, que mais decidem sobre negócios a serem estipendiados com as verbas da Secretaria que sobre os verdadeiros problemas do setor.

— O Conselho do Magistério vai receber Cr\$ 1.100.000,00 para continuar existindo em 1981. Este órgão, segundo o governo, existe para "zelar pela efetiva observância dos preceitos contidos no Estatuto do Magistério, quer sob o ponto de vista ético, quer sob o ponto de vista funcional".

Outra responsabilidade deste Conselho é "elaborar estudos e projetos para subsidiar o Secretário no cumprimento da legislação do pessoal do magistério."

Tanto dinheiro para custear um órgão que não tem sentido, pois é o próprio Governo que se nega a cumprir o Estatuto, enquanto nós professores reivindicamos exatamente isso.

— A manutenção das Coordenações dos Núcleos Regionais de Ensino vai custar Cr\$ 74.472.000,00 em 1981. Enten-

de-se agora porque o cargo de coordenador de Núcleo é tão disputado e entregue apenas àqueles que comungam com a política do Governo.

— A FUNDEPAR terá Cr\$ 1.531.630.000,00 para atividades que nos últimos tempos não justificam sua existência (outros órgãos cumprem seu papel), (bem remunerado) e que vai se perpetuando na função.

— O gabinete do Secretário de Cultura e Esportes vai gastar Cr\$ 20.725.000,00 em 1981 (Cr\$ 1.725.420,00 por mês). Uma verba que já foi administrada pela Secretaria da Educação e que hoje é destinada a uma Secretaria criada com a clara perspectiva de cuidar e favorecer o empresariamento de espetáculos ou realizar promoções eleitoreiras de curto alcance do ponto de vista da defesa da cultura de nosso povo.

Não há verbas para educação. Não há verbas para pagar melhores salários para os professores. Mas sobram recursos para manter órgãos públicos que funcionam de forma que agride a consciência dos honestos diante da situação de extrema precariedade por que passa a maioria da população.

— É o caso do Tribunal de Contas, que vai receber Cr\$... 466.610.000,00 para manter "conselheiros", funcionários fantasmas, pseudo técnicos; todos nomeados pelo Governo para fiscalizar suas próprias contas. Comparem-se os dados de Cr\$... 466.610.000,00 para o Tribunal de Contas e a verba de Cr\$... 1.328.703.000,00 para todo o ensino de 2.º grau.

A LUTA É JUSTA E OPORTUNA

O Secretário da Educação, Edson Machado, mentiu aos professores. Pior, usou das mesmas mentiras para tentar contrapor o movimento dos professores à opinião pública. Mentiu porque não tinha argumentos para justificar uma política educacional que repete, no plano estadual, o fracasso geral do projeto de educação do regime. Mentiu como vêm mentindo os secretários da educação e todos os que ocupam cargos de Governo desde que se instalou o regime arbitrário de 1964.

Reduzindo drasticamente as verbas para educação, avançando numa política de privatização do ensino, chegamos ao caos. A política educacional tem por objetivo formar um grande contingente de mão-de-obra pouco qualificada, barata e domesticada para atender aos interesses dos grandes monopólios estrangeiros e do grande capital nacional. O resultado é a elevação a níveis absurdos do analfabetismo, a formação de uma geração de brasileiros sem condições de exercer com qualificação real função na sociedade e a grave situação em que se encontram milhares de profissionais do ensino.

Não são mentiras que vão paralisar o movimento dos professores; é justa nossa luta em torno das reivindicações de:

- a) reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário e mais 15 por cento a todos os professores, inclusive os inativos.
- b) Piso salarial de 3 maiores salários mínimos vigentes no País.
- c) Elevação do nível PA1 para PB2 dos professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório.
- d) Cumprimento pleno do Estatuto do Magistério".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço. Apenas peço a Vossa Excelência que não esqueça de incluir, nesta relação, os duzentos e tantos milhões de cruzeiros destinados à manutenção do Poder Legislativo. Vossa Excelência, por favor, não esqueça.

O SR. NESTOR BAPTISTA — De forma alguma, nobre Líder.

Parece-me que é um assunto que deve ser abordado por toda a Casa, porque é uma luta muito grande em todos os setores, principalmente da máquina governista, para que os Deputados venham para o Legislativo, quando eleitos.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nestor Baptista, primeiramente quero agradecer a gentileza de me ceder uma parte de seu horário e cumprimentá-lo por estar abordando um assunto da mais alta significação do Estado do Paraná, e que deveria ser deste Poder também, o problema do Magistério.

Diz aí que o funcionário público não pode fazer greve, logo o funcionário público não é igual aos outros perante a lei. Estas leis que estão a vigir no País há quase duas décadas, feitas pelos mais absolutos sistemas de autoritarismo, evidentemente que não têm uma definição mais correta, do que a sua iniquidade. São leis feitas para servir poderosos, são leis feitas para centralizar a administração pública federal; todo o manejo da receita que municípios e estados arrecadam. E conseqüentemente, fazer dos estados e dos municípios, apenas peças desse comando administrativo, político e institucional, centralizado no Planalto.

O problema do magistério, ele tem uma vinculação com o regime dominante.

E este regime concentra, nas suas mãos, toda a decisão de qualquer setor de importância no meio social.

Não poderia também deixar à mercê do seu próprio destino, o magistério, em todos os níveis.

E nós afirmávamos isso, aí desta tribuna. E uma das formas de pressão, mais violentas, absurdas que existem, em qualquer regime, é a pressão econômica, porque esta não tem praticamente um autor designado; é o poder em si e quase que dificilmente isto é divisado pelos que sofrem este tipo de agressão.

O funcionalismo público e em especial o professor, contra ele deve se inspirar? E disse bem o Deputado Deni, ontem desta tribuna: — os Governos de Estado e os Secretários, são apenas os agentes de uma política maior. O problema do magistério não é só o vencimento. É um dos problemas que afetam a cada um dos problemas do magistério.

Mas o problema maior é a estrutura. Este País precisa mudar os costumes. Mudar os costumes políticos, as instituições, a legislação básica nacional; a inspiração, o espírito dessas leis, precisam ser alterados. Porque a inspiração da chamada Revolução, conflita com o interesse nacional.

E aí está também o magistério indisposto com os interesses nacionais, por que? Porque o único interesse nacional, vem perfilhado na Lei de Segurança Nacional. Que nada tem a ver com o interesse do povo brasileiro, mas sim com o interesse dos que mandam em todos os Poderes da República, dos mais altos até os menores escalões.

Por isso, os professores são uma peça; apenas um parafuso dessa engrenagem cuja chave o Governo vem arrochando, desde que está permanecendo no Poder, sem legitimidade.

Esta maneira de dispor da receita, através, como os gaúchos, ou o Deputado Deni já disse, uma listagem de intenções, sem possibilidade do Poder Legislativo alterar.

E não tem possibilidade de alterar, porque o Poder Legislativo é claudicante, incompetente, é imoral nas decisões de soberania.

O SR. NESTOR BAPTISTA — E se auto desmoraliza, é bom que se frise.

O Sr. Fidelcino Tolentino — E é exatamente, Deputado. O que está ocorrendo no Congresso Nacional. Hoje os Deputados têm prerrogativas no problemas dos crimes contra a honra, e as prerrogativas que estão a ser votadas, derogam esta conquista de quase 14 anos de luta do próprio Parlamento.

E, como Deputado, nós poderíamos deixar de estar do lado dos professores, que desejam uma remuneração, que a própria Constituição declara: "deve ser justa".

A gente manipulando a suma teológica de São Tomas de

Aquino, lá também está escrito nos pergaminhos de antes de Cristo, já se dizia que a remuneração precisa ser justa, e os professores cada vez mais estão se defazando nos seus vencimentos.

Por esta razão é que louvo a atitude não só de Vossa Excelência, mas também, e principalmente, a dos professores os quais têm a nossa inteira solidariedade, e não só solidariedade verbal, participativa, integrativa nas suas reivindicações, e, quiçá, das suas conquistas.

E o nosso estímulo para não voltarem mesmo às aulas, enquanto as autoridades não saírem desse pedestal de cristal a que se construíram, embora ilegítimo, mas para a perpetuidade do Poder que estão mandando, sem o respaldo popular.

Parabenizo-me com Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Deputado

Tolentino, o seu aparte vem amenizar um pouco os números que são trazidos neste documento elaborado pelos professores do nosso Estado, números que são, às vezes, cansativos para muitos, mas números que definem a real situação em que se encontra a situação no Estado do Paraná.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nestor Baptista, quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo com que Vossa Excelência está abordando o problema.

Ontem, tivemos aqui, a discussão sobre o requerimento que apresentamos à Casa, que objetivava trazer o Secretário da Educação, a fim de que Sua Excelência pudesse trazer esclarecimentos sobre muitos problemas existentes na sua Pasta, e na área da Educação do Paraná, especialmente, o problema que agora se agrava com a greve dos professores.

Infelizmente, como esta Casa é constituída, em sua maioria, por Deputados situacionistas, o requerimento foi rejeitado.

Sendo assim, já declaramos aqui, como fizemos ontem, nos sentimos desobrigados de colaborar com o Governo para que o problema seja solucionado. E também nos colocamos, frente ao problema, solidários com os professores, em todos os sentidos.

E ainda mais, todas as versões que forem dadas pela área oficial, a respeito do problema, para nós não terão nenhuma validade. Iremos acreditar, isto sim, nas colocações dos professores, naquilo que os professores vêm dizendo, vêm reclamando, não só no interesse da classe mas também da educação. Porque, as informações que precisávamos para nos posicionar sobre o assunto - e essas informações ninguém mais que o Secretário da Educação estaria em condições de dar para que pudéssemos ter um conhecimento real dos problemas, e até esta Casa talvez pudesse ser o caminho para a solução dos mesmos, e que se agravam, agora, com a greve desencadeada.

Então, Sr. Deputado, o que percebemos é que, realmente, o Governo não tem interesse de solucionar o problema da Educação. E esse problema vem se agravando, se avolumando, dia a dia.

De uns tempos para cá, as reivindicações, as greves, o descontentamento é constante e o Governo se faz indiferente a isso.

Além disso, pressiona professores, diretores de grupo, para que não tomem uma posição diante do assunto, para que não se solidarizem com seus colegas, criando até um conflito de convivência entre a classe, criando uma animosidade, uma desconfiança, entre um e outro funcionário. E, especialmente, no episódio que começamos a viver: a greve.

Em Palmeiras, tivemos conhecimento de que havia uma pressão junto aos diretores de grupos escolares para que não permitissem que os professores se engajassem ao movimento.

E os diretores não aceitando essas pressões providas da Secretaria da Educação, os diretores dos grupos escolares, de Palmeiras, colocaram seus cargos a disposição.

Portanto, queremos dizer aqui, mais uma vez, que estamos solidários com os professores.

E tudo quanto eles afirmarem, agora, afirmaram no passado e vierem a afirmar, temos que dar-lhes crédito porque não obtivemos as informações que desejávamos, da área oficial, que estava na obrigação de vir a esta Casa, pelo menos, até moralmente, para esclarecer os Srs. Deputados sobre o problema que, hoje, passa a ser mais uma situação difícil para a estudantada paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Vossa Excelência, nobre Deputado, está falando agora, no horário reservado ao Partido de Vossa Excelência.

Nesta oportunidade, a Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Alencar Furtado, ex-Deputado Federal e Estadual.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradecemos o aparte do ilustre

Deputado Lineu Turra, o incorporamos, inclusive, ao nosso pronunciamento e ao documento elaborado pelos professores do Paraná.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nestor Baptista, não poderia ser diferente, é um homem da Oposição, cumprindo com a sua responsabilidade que vai à tribuna, no dia em que os professores do Paraná param.

Porque a insensibilidade, está caracterizada exatamente até pela desatenção com que este assunto é tratado nesta Casa.

Mas, Deputado, aqueles que esperavam o fracasso do movimento paredista, estão surpresos já no seu primeiro minuto de funcionalidade, de ação.

E, o direito de greve, está aí na rua, as Associações de Pais e Professores em muitos lugares com apoio integral, isso prova Deputado, da importância de nós políticos, sintonizarmos com o que está acontecendo nesse Estado.

São milhares de professores que hoje deixaram de dar aulas, porque milhares de crianças também não tiveram condições de ir às suas escolas.

E, por que tudo isso? Quem é responsável? Por que que não se atende?

Mas, Vossa Excelência, na tribuna, traz hoje dados extraordinários. Porque só acompanhando o que Vossa Excelência está dizendo, é que fica desmarcada a opinião de que não há verba, de que não há dinheiro e que não é possível atender nenhuma das reivindicações.

E entre outras coisas que nos surpreendem como Vossa Excelência colocou aí, despesas de Gabinete do Secretário 24 milhões 885 mil cruzeiros, são 2 milhões e 73 mil cruzeiros por mês.

Para a manutenção da Diretoria Geral dessa Secretaria, veja bem, o Gabinete aí, a manutenção da Diretoria Geral, 36 milhões 225 mil, são 3 milhões por mês. Só 2 setores onde estaríamos assim dizer, gravitando a tecnoburocracia que inclusive auxilia neste atolador em que se encontra a própria educação deste Estado.

Mas, Deputado, nos surpreende quando o Líder da maioria, não sabemos se por ironia ou sarcasmo, ou por seriedade, faz referência que este Legislativo gasta milhões e milhões.

Mas, se nós jogarmos só no confronto do orçamento do ano que vem, teríamos a Assembléia Legislativa com um gasto de 764 milhões durante todo o exercício, o que corresponderia a 1 por cento do Orçamento do Estado.

O Poder Judiciário gastará 4,2 por cento do Orçamento do Estado, o resto fica com o Executivo, de um total de 69 bilhões de cruzeiros do Orçamento de 1981.

Este Legislativo, com todas essas ironias que acabam de ser manifestadas nesta Casa, está aí usufruindo de 1 por cento de todo o Orçamento do Estado.

Por isso, Deputado, é exatamente não acompanhando um pronunciamento como o de Vossa Excelência, é que nós temos este tipo de colocação. E, aqueles que ficam aí, perfilando as suas idéias de que, o Estado não tem condições de atender os professores em nenhuma das suas reivindicações. Este mesmo Estado que tem todo esse conjunto de verbas como vimos, e Vossa Excelência bem colocou, sendo essas verbas, aplicadas principalmente na máquina tecnoburocrática que em vez de resolver, impera mais ainda a sistemática educacional do Estado.

Mas, para discutir estes dados não pudemos trazer aqui o Secretário da Educação.

Portanto, que os professores continuem em greve, talvez vale mais, a parte final da nota ontem assinada pelo Governo do Estado e pela Secretaria, em que veladamente faz uma conotação em que diz que "garantirá a segurança a professor e aluno".

Esse tipo de pretensão, Deputado Nestor Baptista, é que exatamente a maioria desta Casa, por certo, está dando apoio. A pretensão de um lado de criar medo, de intimidar, de achar que não tem direito de greve o funcionário público, de querer manipular ou escabotear a questão de verbas, da situação do Estado.

Mas, é só exatamente tendo um pouquinho de boa vontade, é difícil exatamente, manusear um orçamento mesmo não entendendo muito, é difícil. Porque inclusive, em muitos gabinetes já está servindo para cinzeiros dos Srs. Deputados, principalmente, poderíamos dizer daqueles que não estão interessados nada no assunto.

É que manuseando, teríamos condições talvez, deste Poder, de maneira vertical, ao lado do povo, do professor, exigir mais respeito a esta classe.

Muito obrigado e parabéns pela sua exposição, principalmente, embora o assunto árduo que trata principalmente de números, tenha a coragem de delinear os aspectos graves das injustiças que existem, inclusive na distribuição das verbas dentro da própria Secretaria da Educação.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu é que agradeço o aparte do Deputado Nilton Friedrich, e prossigo no final da nota ou do documento elaborado pelos professores: "nós, professores que convivemos com a mentira dos governantes e a usurpação dos nossos direitos, que não podemos confiar em quem está no Poder.

Por isso, devemos inscrever nossa luta entre todas aquelas que se manifestam hoje na sociedade numa mesma perspectiva, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, nos marcos de um novo regime de amplas liberdades políticas, certos de que o futuro está com o povo e de que o arbítrio, a mentira serão superados numa nova fase de progresso que vamos conquistar."

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Nilton Friedrich tem razão quando fala da complexidade dos números do Orçamento.

Agora, eu acho que é de menor importância discutirmos os números do Orçamento, quando por um artigo do projeto de lei, toda a verba praticamente poderá ser mudada.

Um dos artigos do Projeto de Lei do Orçamento, permite ao Sr. Governador remanejar até 30 por cento do Orçamento,

ou seja a lei vai permitir que o Sr. Governador se quiser; possa pegar toda a verba da Secretaria da Educação e passar para a Secretaria dos Transportes, ou pegar quase toda a verba da Secretaria dos Transportes e passar para a Secretaria da Educação.

Portanto, a discussão do Orçamento como ela está sendo feita em todos os Parlamentos brasileiros, graças ao regime que nós estamos vivendo, de fato, quase não tem razão de ser.

Quando nós vemos aqui, por exemplo, no Orçamento que 1,3 por cento do Orçamento será para a função Legislativa, aparentemente não diz nada, porque esse 1,3 por cento poderá passar a ser tanto por cento, 6 por cento, 10 por cento, se usando o que lhe atribui um dos artigos do projeto de lei, ele remanejar até em 30 por cento o Orçamento do Estado. Parece que aí está um ponto básico.

Segundo, aparentemente a função legislativa que tem inclusive o Tribunal de Contas, gastar 920 milhões de cruzeiros é muito. Mas se nós analisarmos o Orçamento e descobirmos simplesmente que para a Região Metropolitana de Curitiba, para o célebre COMEC existem cerca de 250 milhões de cruzeiros, o tal COMEC que até hoje nós não sabemos de qualquer coisa positiva, a não ser uma briga intestina entre COMEC e IPPUC, a gente verá que realmente os números dizem muito pouco.

Por isso, Sr. Deputado, se nós analisarmos que além dos 30 por cento, ainda existe uma reserva de contingência de cinco bilhões e quinhentos milhões, ou sejam 7,9 por cento, enquanto a Assembléia gasta 1,3, enquanto a função Educação e Cultura, inclusive que são, não só da Secretaria da Educação mas da Secretaria de Cultura, enquanto essa função Educação e Cultura vai participar dos recursos do Tesouro em 19,6 por cento, nós entregamos ao Sr. Governador para remanejar uma reserva técnica de cinco bilhões e quinhentos mil cruzeiros, que corresponde a 7,9 por cento, ou sejam, seis vezes mais do que toda a verba que a Assembléia e o Tribunal de Contas possa vir a usar.

O Sr. Governador fica com uma reserva técnica seis vezes maior do que a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas juntos.

Por isto, os números dizem muito pouco e deveríamos sobre os mesmos, fazer um estudo mais aprofundado, inclusive sobre o célebre artigo que permite ao Sr. Governador remanejar as verbas do orçamento até em 30 por cento.

Isto transforma o orçamento que discutimos nesta Assembléia, num documento completamente inócuo.

Por isto, quando Vossa Excelência levanta o problema da educação e são inseridos outros itens, acredito que Vossa Excelência traz muito bem os dados à Casa, a fim de demonstrar que realmente e não importa procurar culpados agora, a educação no Estado do Paraná não se apresenta conforme muitos têm dito e afirmado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Deni Schwartz, como também agradeço aos Deputados que tiveram a paciência de acompanhar os números. Números trazidos num documento dos professores do Paraná e trazidos também no orçamento, que é enviado para esta Casa, e que infelizmente, bem pouco pode ser modificado mas orçamento do qual podemos extrair os números que podem ser enfadonhos, mas que não mentem jamais.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário. Tendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente.— Necessita de apoioamento.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/80, de autoria do Deputado PINTO DIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Arnaldo Faivro Busato”, o Posto Estadual de Saúde da Cidade de Paranavaí. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.—

Ao referido projeto, Emenda de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, devidamente apoiado, no seguinte teor:

“EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 86/80.

Substitua-se ao art. 1.º do projeto, pelo seguinte:

Art. 1.º — Fica denominado “ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o Posto de Saúde da sede do Município de Paranavaí.—

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1.980.

(aa) PAULO CAMARGO.

Apoioamento:

BASÍLIO ZANUSSO, NELSON BUFFARA, GABRIEL MANOEL e JURANDIR MESSIAS.”

Em votação a Emenda.— **Aprovada.**

Em votação o projeto.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade.— COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de saber se este projeto estava fora da Ordem do Dia, porque não tenho lembrança de ter votado neste projeto, nos outros turnos de discussão. Só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que esteve em votação no dia de ontem em 2a. discussão e aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E essas emendas, Sr. Presidente, que constam da Ordem do Dia, emendas de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que vai anunciar as emendas em seguida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, devidamente apoiada, no seguinte teor: (Lê):

“Inclua-se:

Art. Os oito (8) cargos de provimento em Comissão de Coordenador, com lotação nas respectivas Coordenadorias das

Diretorias, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, passam a pertencer ao Símbolo DAS-5.—”

Emenda n.º 2, de autoria do Sr. Deputado Palácios, devidamente apoiada, no seguinte teor: (Lê):

“Inclua-se:

Art. — Os oito (8) cargos de Chefia dos Serviços Autônomos do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, passam a pertencer a Simbologia DAS-5”.

Em votação a Emenda n.º 1.—

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação e pediria o projeto.— (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, confesso que estou sendo colhido de surpresa, na votação deste projeto. E, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, foi aprovado apenas o aspecto de natureza constitucional, que é uma das atribuições daquela comissão.

Aqui pelo teor da Mensagem, está inserido que: “aos integrantes das carreiras do grupo profissional de engenharia e arquitetura, TC-1500, que optaram no prazo estabelecido no artigo primeiro da Lei 7268, ficam asseguradas, a partir da data desta lei, todos os direitos e vantagens conferidos aos que manifestaram opção, no prazo inicialmente previsto, no artigo sétimo da Lei 7122, de 26 de abril de 1979.

Chamou-me a atenção, Sr. Presidente, que a lei, ou melhor, na Mensagem encaminhada ... (ruidos no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados, que na forma regimental, encontra-se na tribuna, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

(Faz soar os tímpanos novamente).

A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados que, na forma do Regimento Interno, tomem os seus assentos.

Encontra-se a tribuna o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Questão de ordem) — Com relação ao apelo que Vossa Excelência está fazendo, realmente os Srs. Deputados estão prestando atenção ao orador. Agora, o que não se pode é deixar de trocar idéias com relação ao assunto que está sendo debatido.

Então, vamos ficar aqui no máximo silêncio para ouvir Sua Excelência, senão ele não fala?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, quando, num País como este, um representante da Oposição, merece ser ouvido pela esmagadora maioria com o silêncio? O silêncio, Sr. Presidente, representa um recurso daqueles que são pacientes, e eu quero ser paciente, e quero viver bastante para adquirir a lucidez suficiente para entender este momento da vida brasileira.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa

ao nobre Deputado, que o Deputado Fidelcino Tolentino está encaminhando a votação.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu prossigo no encaminhamento da votação, dizendo o seguinte: o que me chamou a atenção neste projeto, é que se trata de, no meu entender, de nova nomenclatura de cargos e que na Mensagem que está tramitando nesta Casa, e relativa ao reequadramento, ou a reclassificação do funcionalismo lotado no Poder Executivo, há uma expressa referência da Lei 7122, que trata do problema de engenheiros. Inclusive, há uma emenda da Oposição para não haver a disparidade entre engenheiros e advogados.

Porque nós temos visto no curso, principalmente, deste regime instalado no País, que os advogados, com quanto sejam chamados a achar as fórmulas adequadas para legitimar determinados postulados, revolucionários, sempre são postergados na normatização dos interesses dessa classe.

E o que estranha é que a carreira de engenheiro civil, igualmente como a do advogado, está aqui atribuída em 4 classes, e diz aqui o art. segundo: "para cumprimento do disposto no art. primeiro desta lei, ficam criados os seguintes cargos".

Então, cria-se os cargos de engenheiro civil, de 1.ª a 4.ª classe; de de engenheiro agrônomo de 1.ª e 2.ª classe, 1 de 2.ª classe; e de engenheiro mecânico, 1 da 1.ª classe, e nada mais.

O substitutivo apresentado, ou melhor, a emenda apresentada, diz o seguinte: "os 8 cargos previstos, de provimento em Comissão de Coordenador com lotação nas respectivas coordenadorias, das Diretorias do Quadro de Pessoal do Legislativo, passam a pertencer ao Símbolo DAS-5. "E na justificativa, consta que a Lei 6996 de 78 criou a Simbologia e atribuiu aos Chefes de Coordenadoria dos órgãos do Poder Executivo o Símbolo DAS-5. Anexo 3.

De acordo com o Art. 108 da Constituição Federal os níveis de vencimento dos cargos do serviço civil do Poder Executivo aplicam-se aos funcionários do Legislativo."

Nos termos do § 2.º da Carta Federal, a medida ora preconizada é característica da lei ordinária. Daí porque, se inclui como emenda no projeto de autoria do Governo do Estado.

Eu, realmente, não pude entender nem uma e nem outra, e ontem, Sr. Presidente, na hora da votação deste projeto, estava recebendo um telefonema aqui nesta Casa, e não pude, queria ter pedido a suspensão deste projeto da Ordem do Dia, e quero pedir a Vossa Excelência, se possível, encaminhar este expediente à Mesa, um requerimento formal pedindo para que ele seja tirado da Ordem do Dia por algumas sessões, porque entendo que é uma matéria altamente judiciosa, e precisa ser esgotada na medida em que alguns entendimentos possam ser trazidos à colação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que na fase de votação, não cabe o solicitado pelo nobre Deputado.

Em votação a Emenda n.º 1. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 2. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 55/80), que visa introduzir alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/78, de autoria

do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Karlos Rischbieter. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Engenheiro Karlos Rischbieter merece, de nossa parte, uma breve análise.

Porque ao longo desses anos a rigor, a partir de 64, se nós fizéssemos uma análise dos ex-ministros do governo ou autoridades do primeiro escalão, seria difícil encontrar ex-ministros que hoje não estejam servindo a grupos multinacionais.

Tentei inclusive aqui, há poucos instantes, alinhar, e tentar excluir e foi difícil, Sr. Presidente.

Roberto Campos ligado a interesse financeiro internacional, Dr. Eugênio Gudim, ex-Ministro da Fazenda, durante anos, Conselheiro Titular e de expressão dentro do grupo Light.

Dr. Mário Andreazza, ex-Ministro e que continua agora novamente num dos cargos, ligado a Estaleiro Velorme do Grupo Escandinavo.

Higino Corsetti, engenheiro, ex-Ministro das Comunicações, exatamente ex-Ministro das Comunicações, e por incrível que possa parecer, no dia seguinte, à saída do Ministério, passa a dirigir a multinacional NEK do Japão, produtora de aparelhos e instrumentos de telefonia, ex-Ministro da Comunicação; Otávio Bulhões, ligado ao Grupo Canadense Brascan. O que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do conhecido, famoso e por certo lembrado de todos, ex-Ministro Henrique Simonsen, que como Ministro da Fazenda do País, além de outras coisas, participou de todo um processo que deflagrou a inflação, arrocho salarial ainda maior e dificuldades de toda a ordem em cada lar, de cada brasileiro.

Henrique Simonsen, como ex-Ministro da Fazenda, conheceu todos os meandros da economia nacional, o calcanhar de Aquiles da espinha dorsal do País, sai do Ministério e assume nada mais, nada menos, do que um cargo de coordenação e direção do City Bank em nosso País, coincidentemente, o maior credor dos bancos privados do mundo, do nosso Brasil e da nossa astronômica dívida externa. Karlos Rischbieter, conhecedor do calcanhar de Aquiles da vida nacional, sai da economia nacional, para abraçar o grupo econômico que é o maior credor. Mais uma coincidência do regime que se implantou no País, mais uma coincidência que por certo a História um dia ainda fará a verdadeira justiça ao colocar esse pessoal nos seus devidos lugares.

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se poderia falar aqui no Gal. Ernesto Geisel, agora ligado ao complexo petroquímico de Camaçari. O que falar do Gal. Golbery do Couto e Silva e a sua "Dow Chemical" que envenena o Palácio, o Planalto e também as aspirações brasileiras, os rios, as terras e os alimentos.

O que falar de Heitor Aquino, na ante-sala de Sua Excelência, Sr. Presidente, que também faz parte da Sala de Visita do Jari, o maior enclave que existe no mundo em qualquer País. Poderia falar do ex-Diretor da Fábrica Nacional de Motores, que vendida para um grupo italiano hoje ele é Presidente da FIAT no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora o Paraná dará o título de Cidadão Honorário a Karlos Rischbieter que, aliás, abro um parêntesis, tem tomado até posições um pouco mais sérias na questão da política econômica. Dentro da visão é

lógico ainda, do sistema que vivemos. Fecho parênteses: Este cidadão será, Cidadão Honorário do Paraná, e que agora presta, é lógico, por um salário bem minguado, sua inteligência, o serviço, as suas qualificações à multinacional sueca Volvo.

Sr. Presidente, ora, Sr. Presidente, neste instante, como Deputado do Paraná, na hora em que se der mais um título de Cidadão Honorário, aliás, teremos três hoje, Sr. Presidente, teremos três hoje, por atacado e varejo.

Gostaria até de fazer aqui uma sugestão, porque vou dizer, Sr. Presidente, que o meu voto será contrário, por essa herança que esses ex-Ministros deixaram no Brasil, e pela maneira em que abraçaram e fizeram o seu casamento com o capital estrangeiro, o capital monopolista, explorador, sanguessuga das veias abertas de todos os brasileiros.

Mas antes de terminar, Sr. Presidente, quando declaro meu voto contrário, não à pessoa, mas o que representam, daria aqui uma sugestão, inclusive aos Deputados, principalmente, que têm por hábito e tomo a liberdade de fazer esta sugestão, solicitar a concessão de títulos a ex-ministros, ex-secretários, que tal se nós fizéssemos logo, logo, um projeto dando título de Cidadão Honorário do Paraná a todos os atuais ministros, atuais secretários, para que quando eles saíssem dos ministérios, das secretarias, já levassem seus diplomas de baixo do braço.

Pouparíamos papel, pouparíamos tanta coisa, e resolveríamos, de uma vez por todas, a questão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar). Sr. Presidente, o problema do Dr. Karlos Rischbieter, um paranaense vindo de Santa Catarina, homem que lutou pelo Paraná, o homem que apenas por ter o nome "Rischbieter", como tem o ilustre companheiro "Friedrich", também que é multinacional, talvez. O homem que trouxe ao Paraná uma empresa para gerar empregos; o homem que está trabalhando pelo Brasil, pelo Paraná, e que discordou do sistema financeiro.

Agora, ele não tem culpa de se chamar "Rischbieter", como não tem o Deputado Nelson, não tem culpa de se chamar "Friedrich" como não tenho culpa de ser árabe; não serei multinacional, porque o problema é Brasil.

Sr. Presidente, o problema é sério. Se estivéssemos dando um título de cidadão honorário a uma pessoa do Ministério, então seria algo diferente.

Mas, estamos dando um título a um homem que discordou da política econômica brasileira e pediu, altaneiramente demissão de seu cargo.

Agora, faço uma pergunta: que seria do Brasil, se estivessem os índios a dominar o Brasil?

O que seria se não fosse essa mescla de estrangeiros que vieram ao Brasil para fazer isso que o Brasil é hoje, grande, onde vivem os árabes, os alemães, os poloneses, os russos e pode dar sua opinião?

Seria um crime, Sr. Presidente, Srs. Deputados, negarmos nossas origens, o sangue que corre em nossas veias, porque, se for estrangeiro é crime, todos nós somos criminosos, com raras exceções.

As multinacionais estão nos prejudicando.

Mas, Karlos Rischbieter está à testa de um complexo que orgulha o Paraná, um complexo auto-motriz de carga pesada, gerando empregos na Cidade Industrial.

Queremos retroceder? Então, como disse um Deputado da Oposição, estaríamos fazendo como a avestruz, que esconde a cabeça na areia e mostra o corpo.

Sr. Presidente, é uma aberração, é uma anomalia, são dois pesos e duas medidas. Se o estrangeiro não deve e não tem direito, aqui no Brasil, a nada, então temos que nos calar, por-

que, em nossas veias também corre sangue estrangeiro.

E já que estamos nesta terra, Sr. Presidente, temos que honrar os homens dignos, como Karlos Rischbieter, porque hoje, sem favor nenhum, ele faz parte da diretoria de uma empresa, embora multinacional, mas que não está sugando o dinheiro brasileiro, mas apenas gerando riquezas para nossa Pátria.

Agora, vamos parar de retroagir, vamos olhar para a frente.

Vamos procurar regulamentar a remessa de lucros para o exterior, mas não vamos achacar companheiros nossos e amigos nossos, dignos, que saíram de cabeça erguida do Ministério, para irem para empresa privada.

O que queria o nobre Deputado? Que o Sr. Karlos Rischbieter, com a competência que tem, que Deus lhe deu, que fosse puxar enxada? Se ele tem capacidade para gerir uma empresa, vamos fazer o gosto dos homens que não querem nada, dos homens que querem apenas que quem esteve em cargos públicos, que vão para a enxada, porque não têm direito a nada.

Então, vão virar comunistas ou assassinos.

Para a cadeia irão depois que se prove que são ladrões.

Então, é o seguinte: se ser estrangeiro é ser multinacional, então ilustre Deputado que me antecedeu, também é multinacional, porque em suas veias corre o sangue estrangeiro, e está negando o seu sangue, está negando o sangue de seus antepassados.

E nós negamos, Sr. Presidente.

Por isso pedimos aos companheiros que votem a favor da verdade e contra a demagogia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós ouvimos, atentamente, o encaminhamento de votação que fez o nobre Deputado Nelson Friedrich.

Embora, concordando com algumas colocações que ele fez, na análise de diversos ex-ministros, que hoje exercem cargos em companhias transnacionais.

Concordando principalmente, com a análise que ele fez, os eternos profissionais da política e da administração, como é o caso do ex-Ministro Roberto Campos, como é o caso do ex-Ministro Eginho Corsetti e, tantos outros, que realmente pouco fizeram pela Nação, mas muito fizeram para si mesmos.

Nós não podemos, todavia, concordar com duas colocações do nobre Deputado Nelson Friedrich.

A primeira, o tom de jocosidade com que quis dar a um título para nós muito caro, para todos os Deputados que representam o povo do Paraná, muito caro, que é o Título de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado.

E, temos que lembrar sempre, e é bom que se lembre ao jovem Deputado que, raramente o homenageado solicita a homenagem.

Muitas vezes, ela é apresentada e concedida, às vezes até por interesses pessoais de quem apresenta o projeto. E, as vezes por interesse da própria coletividade.

Então, não é justo que a pessoa que se pretende homenagear com um título, seja alvo de jocosidade e de infâmias, como levantou há pouco o nobre Deputado Nelson Friedrich, contra o eminente brasileiro, que é o Sr. Karlos Rischbieter.

Talvez, o jovem Deputado não conheça a trajetória de Karlos Rischbieter na vida pública.

Mas, eu o acompanho, desde o tempo em que ele chefiava o interposto comercial do IBC na Cidade de Hamburgo. Conhe-

ço as posições que ele sempre tomou em defesa do então principal produto brasileiro de exportação.

Nós, conhecemos também, a trajetória do ex-Ministro Rischbieter na CODEPAR.

Enfim, por todas as funções públicas por onde ele passou, ele deixou ali, a marca inconfundível do seu patriotismo e da sua indiscutível honestidade pessoal.

Agora, vir-se acusar Karlos Rischbieter, e sendo Ministro, conhecer os membros da política econômica do Brasil, e aceitar o emprego na Companhia VOLVO, de capital predominantemente brasileiro, predominantemente nacional.

Ora, é uma heresia da parte do nobre Deputado Nelson Friedrich.

Porque o cidadão tem que trabalhar, tem que comer. Porque ele não roubou no Ministério da Fazenda, ele é um homem que deixou como eu sempre disse, a sua indiscutível marca de honestidade pessoal em todas as funções públicas que exerce neste País e neste Estado.

É um homem pobre, Karlos Rischbieter é um homem que precisa trabalhar.

Então, eu não vejo nenhum crime, nenhum pecado em ele aceitando um emprego numa montadora de automóveis, ou de caminhões ou de veículos, seja lá o que for na companhia VOLVO, instalada hoje na Cidade Industrial de Curitiba.

Estabelecer um paralelo entre Karlos Rischbieter e alguns ministros que hoje atuam nas companhias multinacionais é eu repito, uma verdadeira heresia. É não conhecer o caráter, a dignidade de Karlos Rischbieter.

Um título dos mais justos está sendo votado nesta Casa, o reconhecimento do povo do Paraná pelos serviços relevantes que esse catarinense prestou ao Paraná e à Nação brasileira, como Presidente do Banco do Brasil; como Presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras e desenvolvimento; como Presidente ou membro da Diretoria de diversos organismos financeiros internacionais, onde o Banco do Brasil tem participação acionária.

Na condição de Presidente do Banco do Brasil, na condição de Presidente do Conselho Monetário Nacional, na condição de Membro da Comissão Mista Teuto-Brasileira de cooperação econômica, que tantos e tantos investimentos sadios trouxe da República Alemã para o País, graças a essa Comissão Mista Teuto-Brasileira.

Quem não conhece o trabalho da Comissão Mista Teuto-Brasileira em favor do incentivo das relações comerciais entre os dois países?

Quem não conhece? Quem não conhece é um desinformado da realidade econômica nacional.

O trabalho que ele desenvolveu como Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, a CODEPAR, durante três anos; Chefe do escritório em Hamburgo, a que eu me referi e de cuja atuação muito se beneficiou o comércio cafeeiro do Brasil.

Enfim, nós seríamos, seria alongar demais, darmos todo o currículo do engenheiro Karlos Rischbieter.

Mas o que mais avulta, Sr. Presidente, na personalidade desse eminente patricio e que o faz merecedor da honraria que esta Casa pretende e vai através da sua maioria lhe proporcionar, foi exatamente a posição assumida por Karlos Rischbieter ante a nova política econômica financeira, a meu ver desastrosa do poderoso Ministro Delfim Neto.

Foi essa a sua independência. As suas idéias de que o capital deve ter uma função altamente socializante, de que o dinheiro deve gerar empregos, de que a política econômica financeira nacional estava voltada mais aos interesses dos grupos multinacionais.

Foi exatamente essa posição de independência que levou o Presidente Figueiredo a demiti-lo, porque essa estória de dizer

que Ministro pede demissão é bobagem, ele praticamente foi demitido por pressões do todo-poderoso Delfim Neto.

Veio humilde ao Paraná, mas veio de cabeça erguida. E do seu relatório, tudo o que ele falou teve a coragem de dizer ao Presidente Figueiredo no seu relatório, o que está acontecendo.

E de maneira muito mais sombria do que ele havia previsto.

Um homem deste escopo moral, desse caráter e desse espírito público é que está sendo homenageado hoje nesta Casa.

E não é justo, não é justo que se inclua Karlos Rischbieter na relação de outros ministros que não têm a mesma folha de serviços prestados à Nação; que não tiveram a mesma dignidade ao abordar as causas essenciais da economia brasileira como teve Karlos Rischbieter, que embora ameaçado de perder um posto que honra qualquer cidadão brasileiro, ele fez valer o seu ponto de vista.

Mostrou ao Presidente que a nossa política era desastrosa, a política econômico-financeira.

Ele disse ao Presidente, que a se levar avante essa política, os pobres ficariam cada vez mais pobres, e os ricos cada vez mais ricos.

É claro que não disse nesses termos, mas fez sentir ao Presidente que a política tinha que ser fundamentalmente mudada, modificada.

E o que é que o Presidente respondeu? Que não gostava de ministros pessimistas.

Com isto, obrigou, forçou o Ministro Rischbieter a solicitar a sua demissão, o seu afastamento do Governo.

Sr. Presidente, é um dos votos mais conscientes que vou dar.

Evidente que não é uma questão de bancada, é uma questão aberta.

Os títulos de cidadania honorária ou de benemerência honorária do Paraná, são sempre questão aberta nesta Casa.

São para os homens de consciência, para aqueles que analisam cada personalidade a ser homenageada.

Vou dar o meu voto consciente, seguro de que estou contribuindo, a parcela do povo do Paraná que represento está contribuindo para homenagear um grande brasileiro que é Karlos Rischbieter.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Queria só lembrar que a Liderança da Maioria da Casa foi muito hábil na colocação.

Estou colocando esta questão de ordem, porque acho importante, porque fizemos destaque ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que não cabe questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Exatamente a questão da pessoa.

A nossa colocação não foi contra a pessoa de Rischbieter.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Interessante observar que na longa exposição de motivos apresentados pelo Líder da bancada da Maioria, não consta o

cargo que o Sr. Karlos Rischbieter ocupou na Caixa Econômica Federal.

É exatamente neste episódio que nos lembramos de um escândalo amplamente divulgado pela imprensa nacional, no tocante ao arquivamento, pelo Tribunal de Contas da União, das famosas operações atípicas. No linguajar mais simples, operações irregulares que teriam sido praticadas por aquela pessoa. Provocou, inclusive, a reunião do então Relator, cujo nome não me recorde neste momento.

Pese este fato, também este Parlamentar na tribuna desta Casa, ao apresentar o depoimento de um empresário paranaense, profundamente lesado por uma multinacional e que acusava, inclusive na televisão e na imprensa, da existência de um esquema de proteção às multinacionais. Trata-se da firma Cerealista Glitz Ltda., e que inclusive ganhou do Sr. Governador do Estado, a promessa de apoio para que seja realmente feita justiça a esta firma.

Diga-se também que há poucos dias, ganhou a questão no Supremo Tribunal, contra a multinacional LEVER. Neste relatório, ao esboçar a existência desse esquema, consta o nome do então Ministro Karlos Rischbieter, como sendo um dos garantidores do esquema de proteção às multinacionais.

Portanto, uma firma paranaense foi praticamente falida por omissão de um Sr. Karlos Rischbieter, também de muitos outros, cujo depoimento trouxemos a esta Casa.

Ao mesmo tempo se elogia a pessoa de Karlos Rischbieter, ao dizer que trouxe uma multinacional. Parece que tudo está em perfeita ordem. Prejudica uma firma altamente brasileira, paranaense, sobretudo, e inclusive a primeira cerealista do Paraná que passou a operar e comercializar o feijão preto, o feijão que vai para a mesa dos trabalhadores, — aliás, que ia à mesa dos trabalhadores — e que hoje está em falta.

Lesada em mais de um milhão de dólares, por desvios de capital no estrangeiro, esta firma foi prejudicada. Paranaense, brasileira — torno a frisar — e ele traz uma multinacional, onde hoje ocupa um alto cargo. Parece que está tudo claro e perfeito. E pela calreza dos fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos apoiar a concessão desse tipo de cidadania honorária do Estado do Paraná.

Por uma razão de que não podemos passar um aval, um documento que avaliza boa conduta, que avaliza moral, e defesa do povo do Paraná. Porque essa defesa não houve, quando devia ter sido sentida. E talvez por não ser somente em relação à firma paranaense, a Cerealista Glitz; esse é apenas um exemplo que ilustra bem claramente que o Paraná, pelo menos neste caso e em muitos outros, a ação desse senhor não valeu.

Por isso, o nosso voto é contrário.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procede a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 170/78, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

33 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de “Professor Valdevino Lopes”, a Unidade Escolar de 1.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta

Grossa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por maioria. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 103/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a FELIPE TIAGO GOMES. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/80, de autoria do Deputado DEL CIEL, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ALÉSSIO VAZ PRIMO. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 181/79 de autoria do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que dá nova redação ao artigo 53 da Lei Complementar nº 02, de 18/6/73 (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 181/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 53, da Lei Complementar nº 02, de 18/6/73, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 53— Nos casos de vaga ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, dar-se-á a convocação do suplente.

I — Convocar-se-á o suplente em qualquer caso de licença do titular, obedecendo-se as normas constantes do item II, deste artigo.

II — A convocação do suplente far-se-á quando o titular licenciar-se para tratar de interesses particulares ou por doença por período igual ou superior a cento e vinte dias.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de trinta dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, visa estender aos vereadores, as prerrogativas do Art. 36 da Constituição Federal, que recentemente, pela Emenda Constitucional nº 13, promulgada pelo Congresso Nacional em 10 de outubro próximo passado, e publicada no Diário Oficial da União, no dia 11 do mesmo mês, recebeu nova redação, dando possibilidade de convocação de suplente em caso de licença igual ou superior a cento e vinte dias, do titular, para tratar de interesses particulares ou por motivo de doença.

Por tratar-se de matéria fundamentada em preceitos constitucionais, esperamos o apoio dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 181/79

PARECER:

O presente projeto de lei, intenciona dar nova redação ao artigo 53 da Lei Complementar nº 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), estendendo aos vereadores as prerrogativas inseridas no artigo 36 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 13, promulgada em 10/10/79, possibilitando às Câmaras Municipais a convocação de suplentes em caso de licença do titular do mandato, na forma especificada no diploma legal aludido.

Preliminarmente, deve-se atender para o fato de que o

projeto ora em exame, pretende alterar uma Lei Complementar e somente um projeto de lei complementar estaria apto a alterá-la.

Tratando-se de vício técnico perfeitamente sanável, neste aspecto, deve ser alterada a denominação do projeto para "Projeto de Lei Complementar", alterando-se IPSO FACTO sua tramitação, obedecendo-se ainda o quorum específico para iniciativas desta natureza.

Isto posto, verifica-se de resto, não conter a matéria, qualquer conflito com as normas legais e constitucionais vigentes, tendo, ao contrário, amparo e guarida pela Constituição Federal.

Assim, sanada a preliminar levantada no item 2 deste Parecer, manifestamos nosso entendimento favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente
Paulo Camargo, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 49/80, de autoria do Deputado DEL CIEL, que acrescenta ao Artigo 35 da Lei Complementar nº 02 (Lei Orgânica dos Municípios), a fixação de remuneração de Vereador e Verba de Representação atribuída ao Presidente da Câmara. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Em regime de urgência. - (O projeto encontra-se publicado no D.A. nº 45, de 14/05/80).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 49/80

VOTO EM SEPARADO

De autoria do nobre Deputado Del Ciel, o presente projeto de lei tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar nº 02), possibilitando assim atribuição de verba de representação aos Presidentes das Câmaras Municipais de nosso Estado e dá outras providências.

Analisando-se a matéria, temos que a mesma se encontra vinculada à remuneração dos vereadores e disposta em preceito constitucional federal, que versa sobre a autonomia municipal.

Estabelece o Art. 15, § 2º, da Constituição Federal: "A remuneração dos vereadores será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais para a legislatura seguinte, nos limites e critérios estabelecidos em Lei Complementar".

Assim, temos que o dispositivo acima citado, estatui competência para que as Câmaras Municipais fixem a remuneração a seus integrantes, arbitrando-a em limites e critérios a serem estabelecidos através de Leis Complementares, que vem sendo exercitado regularmente através das Leis Complementares números 25, de 02/07/75, e 38, de 13/11/78.

Disto resulta que, ao Estado nessa matéria de compensação financeira pelo exercício de mandatos legislativos municipais, não restou qualquer resíduo de poder legisferante, confiada como se depreende do próprio texto citado, sucessivamente à União e ao Município.

Diante do exposto, qualquer tentativa de se interpor entre esses dois níveis de competência, esbarra no insuperável obstáculo da inconstitucionalidade expressa.

Na própria Constituição Federal, que na Seção III estabelece as atribuições desta Assembléia Legislativa, não se encontra a competência para legislar sobre a representação para os seus próprios membros, fixando apenas competência para a representação ser atribuída ao Governador e ao Vice-Governador do Estado (Art. 22, inciso II).

Por outro lado, o projeto apresenta um vício formal que consiste em se apresentar como Projeto de Lei, quando na realidade deveria revestir a espécie regimental do projeto de lei

complementar, de vez que pretende alterar outra Lei Complementar. Implicações quanto ao "quorum" para um e para outro.

Concluimos assim, que o projeto de lei em tela é inconstitucional e injurídico, opinando-se pela sua Rejeição.

É o voto em separado que apresentamos.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(a) Demi Schwartz, Presidente
Fidelcino Tolentino, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 49/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Del Ciel, o projeto visa incluir no Art. 35 da Lei Orgânica dos Municípios, um parágrafo facultando a atribuição de verba de representação ao Presidente da Câmara; alterar a redação do inciso II, do § 2º, do Art. 49 da mesma lei, para incluir, entre as matérias regulamentadas por Resoluções, a fixação da aludida verba de representação; e por fim, dar nova redação ao Art. 51 e parágrafo, a fim de ajustá-lo à legislação federal.

A matéria vem acompanhada de longa e judiciosa justificação que, em última análise, demonstra a necessidade de adequar a Lei Orgânica dos Municípios à Lei Complementar Federal 38/79, que altera a Lei Complementar 25/75, disciplinadora dos critérios de remuneração do vereador.

O projeto está regimentalmente formalizado, devendo prosseguir seu trâmite ordinário até final deliberação do Plenário, porque o seu conteúdo é bastante oportuno.

Por essa razão, o parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente
Airton Cordeiro, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 49/79

VOTO EM SEPARADO

Durante a discussão do parecer oferecido pelo nobre Deputado José Tavares ao Projeto de Lei nº 49/79, solicitei e obtive, nos termos regimentais, vistas do processo, por discordar da alteração que esta Comissão procedeu na proposta original.

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, quando a Lei Complementar número 01, de 1967, no parágrafo único do Art. 1º, estabelece o início do processo de criação de município, com a representação dos moradores da localidade, cerceia a qualquer intervenção no sentido de modificar o pedido ali formulado.

Nestas condições, voto contrariamente ao parecer para manifestar minha anuência ao projeto original, com o projeto de resolução nos mesmos limites.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1980.

(aa) Deni Schwartz, Presidente;
Paulo Camargo, Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, solicitando o adiamento da discussão e votação por doze (12) sessões, do Projeto de Lei nº 49/80. Em votação o requerimento. — Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão e votação do presente projeto.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de MARIALVA, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SARANDI. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de ALTÔNIA, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SÃO JORGE. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/80

VOTO EM SEPARADO

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito Administrativo de SÃO JORGE, do Município de ALTÔNIA, para o fim de ser consultada a respectiva população sobre a criação do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1980.

(aa) Deni Schwartz, Presidente;

Paulo Camargo, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando voto de regozijo pela brilhante vitória da chapa encabeçada pelo Sr. Dionísio Lopes, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 77/80. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. (Pausa).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de ser remetida a esta Casa uma Mensagem Aditiva à Mensagem nº 45/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador e Procurador Geral do Estado, encarecendo sejam efetuados estudos visando a extinção do Quadro Especial de Procuradores, e a criação de um Quadro Único de Procuradores. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, encarecendo a pavimentação asfáltica, unidades escolares, área de lazer, cancha de esportes e instalação de esgotos nos Bairros “Guarujá” e “Aeroporto 1 e 2”, em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Grupo Positivo, pela instalação de mais nova emissora paranaense de televisão, na cidade de Cornélio Procopio. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em forma de apelo, no sentido de que sejam desenvolvidas medidas que incentivem o replantio de pinheiros no Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando votos de aplauso: pela fundação do Núcleo Regional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte Pioneiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando o encaminhamento de expediente a autoridades da área de saúde, encarecendo a revogação da Portaria número 20/77, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e promoção da campanha para uso de medicamentos manipulados em farmácias. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com o apoio do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando Auditoria Fiscal do Tribunal de Contas, para fiscalizar a Fundação Ciências Econômicas de Apucarana. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Diretor Presidente da COPEL, encarecendo a implantação de rede de energia elétrica nos Bairros de Vila Simone, Jardim Nova Aurora e Jardim Oliveira, situados no Município de Nova Aurora. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 86 e 92/80.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 170/78, 48/80, 103/80 e 110/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 181/79 e dos Projetos de Resolução nºs 40 e 47/80.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/80,

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 112/80, 113/80, 117/80, 119/80 e 125/80.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta, após sessão plenária, na Sala de Reuniões, reuniram-se os membros componentes da Comissão de Cultura e Esportes, com o fim específico de proceder sua instalação, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Gabriel Manoel, e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos da referida Comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se por unanimidade de votos, a eleição do Senhor Deputado Nestor Baptista para Presidente, e do Senhor Rosário Pitelli para Vice-Presidente. Ao

tomar posse no cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Nestor Baptista agradeceu em seu nome e em nome do Vice-Presidente eleito, a honrosa investidura, dizendo do propósito em corresponderem a confiança neles depositada. O Senhor Presidente, após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência e matéria de sua competência, convidou o funcionário Alceu Alves Passos para exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, eu, Alceu Alves Passos, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Secretário, e demais membros da Comissão, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) NESTOR BAPTISTA — Presidente
Alceu Passos — Secretário